

RN/ECONÔMICO

REVISTA MENSAL PARA HOMENS DE NEGÓCIOS

ANO IX — Nº 87 — Fevereiro/78 — Cr\$ 20,00



Cláudio
Emerenciano



Jardelino
Lucena

Os reitoráveis falam de universidade



Leide Moraes



Diógenes
da Cunha Lima

Secretário da Fazenda
é pela prorrogação
do incentivo
do ICM

409

O BANDERN, AGORA, TAMBÉM EM RITMO DE SÃO PAULO



A partir de agora, você tem um representante em São Paulo: é o Banco do Estado do Rio Grande do Norte S.A.

Em menos de um ano o BANDERN facilitou os negócios dos norte-riograndenses nas três principais metrópoles do País: Rio, Brasília e São Paulo.

Utilize os nossos serviços de transferências, pagamentos, empréstimos, contactos, informações, etc.

Em matéria de dinheiro, quando você sabe com quem está falando, as coisas correm muito melhor.

Fale com o BANDERN.

bandern

Banco do Estado do Rio Grande do Norte S.A.

São Paulo: Rua Benjamim Constant, 177

Rio: Rua Buenos Aires, 59

Brasília: Ed. Oscar Niemeyer, Loja I,
Setor Comercial Sul.

Diretores-Editores
Marcos Aurélio de Sá
Marcelo Fernandes de Oliveira

Gerente Administrativo
Maurício Fernandes

Redatores
Rogério Cadengue
José Ary
Aluizio Lacerda
Carlos Morais
Edilson Braga
Hélio Cavalcanti

Fotografias
João Garcia de Lucena

Departamento de Arte
Luiz Pinheiro
Mival Furtado
Fortunato Gonçalves

Fotocomposição
Antônio Barbalho
Vanda Fernandes

Diagramação
Fernando Fernandes

Consultores:
Alcir Vêras da Silva, Alvamar Furtado, Benivaldo Azevedo, Cortez Pereira, Dalton Melo, Dantas Guedes, Domingos Gomes de Lima, Eptácio de Andrade, Fernando Paiva, Genário Fonseca, Hélio Araújo, Joanilson de Paula Rego, João Wilson M. Melo, Jomar Alecrim, Manoel Leão Filho, Moacyr Duarte, Ney Lopes de Souza, Dom Nivaldo Monte, Otto de Brito Guerra, Severino Ramos Brito, Túlio Fernandes Filho, Ubiratan Galvão, Dom Antonio Costa, Jayme Santa Rosa, Dep. Paulo Gonçalves, Marco Antonio Rocha Cavalcanti, Jorge Ivan Cascudo Rodrigues.

RN-ECONÔMICO — Revista mensal especializada em assuntos econômico-financeiros do Rio Grande do Norte, é de propriedade de RN-ECONÔMICO EMPRESAS JORNALÍSTICA LTDA. — CGCMF N° 08286320/0001-61 — Endereço: Rua FLoriano Peixoto, 559, Natal-RN — Fone: 222-0806. Composição e Impressão: EDITORA RN-ECONÔMICO LIMITADA. CGCMF 08423279/0001 — Endereço: Rua Dr. José Gonçalves, 687, Natal-RN - Fones: 231-1873 e 231-3576. É permitida a reprodução total ou parcial de matérias, desde que seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 30,00. Número atrasado: Cr\$ 20,00. Assinaturas: Anual: Cr\$ 100,00.

Reportagens

Secretario da Fazenda a favor da prorrogação do incentivo do ICM.....	8
Telmo Barreto: “Não se deve acabar com o que está dando certo”.....	11
Garibaldi Medeiros: “Conseqüências da não prorrogação do incentivo serão graves para economia do RN.....	13
O crescimento vertiginoso da universidade explicado pelo reitor.....	15
Os reitoráveis falam de universidade.....	17
Apesar da desaceleração, não faltam obras para construtoras do RN.....	24
Porto desaparelhado e inseguro é problema para o comércio de Natal.....	27
Agricultura: com irrigação e técnica tudo seria diferente.....	30
Deficiência da COSERN gera alto prejuizo para indústrias do RN.....	33
Minérios existem mas não se sabe quando serão explorados.....	35
Interferência da SUNAB tira rentabilidade do ramo hoteleiro.....	39
Cr\$ 80 milhões para hotéis no interior.....	40
Concordata não prejudica as empresas do grupo UEB.....	42
LBA investe no futuro das nossas crianças.....	44

Secções

Homens & Empresas.....	4
Página do Editor.....	7
Agenda do Empresário.....	29
Notas Comentadas.....	41
Direito Econômico.....	46

homens & empresas

PEPSI-COLA SERÁ FABRICADA NO RN

Até junho estarão concluídas as instalações da fábrica dos refrigerantes Pepsi-Cola, às margens da BR-101, no município de Eduardo Gomes. **Augusto Carlos Viveiros**, diretor do grupo **inpasa**, ao qual foi confiada a concessão da marca Pepsi, esteve este mês em São Paulo para observar o andamento da fabricação das máquinas a serem utilizadas pela sua indústria de refrigerantes. Ele voltou confiante de que terá condições de produzir a Pepsi-Cola no Rio Grande do Norte no máximo até o final de setembro.

BANCO DO RIO GRANDE DO NORTE INAUGURA AGÊNCIA EM S. PAULO

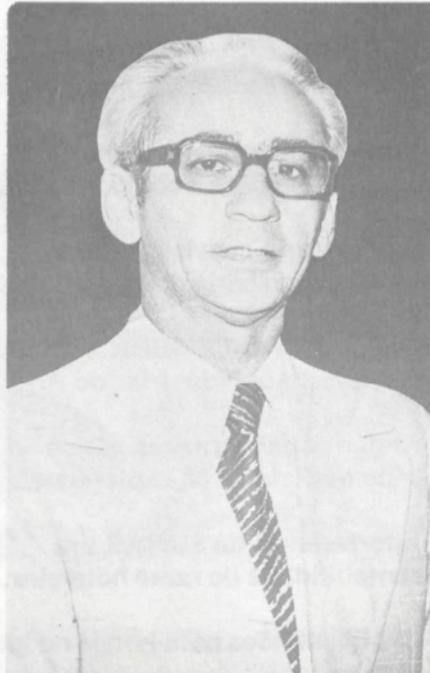
O Banco do Estado do Rio Grande do Norte inaugurou, dia 17 último, a sua agência na cidade de São Paulo, situada à rua Benjamim Constant, 177, nas proximidades da Praça da Sé. A solenidade de inauguração compareceu o vice-governador **Genivaldo Barros**, representando o governador **Tarciso Maia**, além dos diretores do **BANDERN**, **José Dantas** (presidente) e **José Vale** (de operações). O governador de São Paulo se fez representar pelo secretário da Fazenda, **Murilo Macedo**, como também o prefeito da capital paulista, que mandou o seu secretário de Finanças, **Sérgio Freire**. Entre outras presenças ilustres que prestigiaram a iniciativa do **BANDERN** estavam o senador **Jessé Freire**, o secretário da Fazenda **Artur Nunes de Oliveira Filho**, o presidente do **BDRN**, **Heyder Moura**, e os empresários potiguares **Nilson Rocha**, **Francinílio Monte**, **Radir Pereira**, **Garibaldi Medeiros**, **Abelirio Rocha**, **Álvaro Motta**, **Augusto Carlos de Viveiros**, além de muitos norte-riograndenses radicados naquela cidade e jornalistas especialmente convidados. No seu primeiro dia de atividades, a agência do **BANDERN** em São Paulo (terceira filial do Banco fora do RN) somou depósitos superiores a 5,3 milhões de cruzeiros.

GERALDO JOSÉ DE MELO VÊ PANORAMA POLÍTICO

Interrogado acerca das suas intenções políticas, especialmente com relação à possível candidatura a deputado federal nas próximas eleições, **Geraldo José de Melo**, diretor-presidente da Cia. Açucareira Vale do Ceará-Mirim, não descartou essa possibilidade. E explicou que, como empresário, não pode estar alheio aos assuntos e aos problemas da política, nem deve negar sua colaboração às causas públicas.

MULTISON — A PRIMEIRA INDÚSTRIA ELETRÔNICA DO RIO GRANDE DO NORTE

A **Multison Comércio e Indústria Ltda.** é a primeira indústria de aparelhos eletrônicos do Estado, fabricando e vendendo amplificadores de som para vários Estados da região. Dirigida por **Ivanilson Araújo** e **Glauco Brelaz**, a **Multison** em menos de um ano de atividade já se capacita a fabricar por mês 600 amplificadores da marca **Amplicar**, especiais para uso em automóveis. **Brelaz** é engenheiro eletrônico e **Ivanilson**, que cuida da parte comercial da empresa, possui uma cadeia de lojas em Natal.



Vauban Bezerra

VAUBAN FARIA QUER MAIS PAVIMENTAÇÃO

O prefeito **Vauban Bezerra** de Faria já estabeleceu como prioridade para 1978 a pavimentação e asfaltamento do maior número possível de ruas de Natal. Nos últimos dias, a Prefeitura tem publicado um grande número de editais de concorrência para serviços de calçamento a paralelepípedo de ruas dos mais diversos bairros. Porém, como obras que merecem mais destaque, estão as ruas **Prudente de Moraes** e **Bernardo Vieira**, que serão totalmente pavimentadas e abrirão novas alternativas dentro do sistema viário da cidade. Juntamente com a avenida **Beira-Canal**, elas darão maiores opções ao trânsito, desafogando as avenidas **Hermetes da Fonseca** e **Galgado Filho**.



Garibaldi Medeiros

GARIBALDI MEDEIROS SE FIXA EM S. PAULO

Garibaldi Medeiros, diretor-presidente da **Soriedem S/A Confeções**, passará brevemente a residir em São Paulo, de onde passará a comandar os interesses da sua indústria. Mais próximo do grande mercado consumidor, **Garibaldi Medeiros** pensa, basicamente, em dinamizar a estrutura de comercialização da **Soriedem**, ingressando num estilo diferente de trabalho. Ou seja, a **Soriedem** pensa seguir o modelo de operação de alguns grandes grupos nacionais na área de confeções, como a **Levi's** e a **Gledson**, que têm quase o domínio do mercado para as suas marcas, sem no entanto se ocuparem diretamente com a produção. Estas empresas adquirem confeções em diferentes fábricas do país, produzidas sob encomenda, e fazem a sua distribuição, graças a um bem montado esquema de vendas e de promoção. É neste campo que a **Soriedem** também quer atuar. Mas sem descuidar do seu setor de produção, que por sinal será ampliado com a construção de mais duas fábricas no RN.

SIMAS INDUSTRIAL É A QUARTA DO PAÍS

Simas Industrial S/A, indústria de doces, balas e caramelos, será o quarto fabricante no Brasil do mundialmente conhecido chicle de bola. As máquinas e a câmara de refrigeração necessárias para a nova linha de produção já estão em fase de montagem. A partir do próximo mês, **Simas** já oferecerá ao mercado 30 mil caixas/mês, segundo declarou **Thiago Gadelha**, diretor industrial da empresa.

T. BARRETO: Cr\$ 210 MILHÕES EM 1978

Este ano, **T. Barreto Indústria e Comércio S/A**, fabricante das confecções **CONTÊ**, praticamente duplicará o seu faturamento, em relação a 77. Está previsto um volume de vendas de Cr\$ 210 milhões, quando no ano anterior elas alcançaram Cr\$ 115 milhões. A produção diária da fábrica está na marca das 9.500 peças, entre calças e camisas masculinas, mas esta produção começará a crescer no segundo semestre, quando o número de pedidos é maior.

GERENTES DO BNH TÊM REUNIÃO EM NATAL

Esta confirmada para os dias 21 a 23 de março, a realização em Natal da **Reunião Geral de Gerentes Regionais do Banco Nacional de Habitação**, com a presença de executivos do **BNH** de todo o Brasil, como também de toda Diretoria desse Banco.

NAVONA CONSTRÓI LOJA E OFICINA

A **Navona Veículos S/A**, concessionária **Fiat** no Rio Grande do Norte, está construindo a sua loja e as suas oficinas em amplo terreno a cem metros do viaduto da BR-101. A área dessas construções será de 3.500 metros quadrados e o seu projeto arquitetônico é da firma **Vasconcelos Arquitetura Ltda.** Provisoriamente, a **Navona** está funcionando com escritório de vendas na rua **Ulisses Caldas, 120**, tendo na sua gerência **Júlio César de Andrade Júnior. Roberto Moura**, um dos diretores do grupo **Jessé Freire Agro-Industrial** é o diretor-superintendente da concessionária **Fiat**.

SORIEDEM PESQUISA A MODA EUROPEIA

Edmundo Medeiros, um dos diretores da **SorieDEM S/A Confecções**, acaba de passar uma temporada em Paris, cuidando de acompanhar as tendências da moda masculina exatamente nesta hora em que começam a ser feitos os lançamentos para o próximo verão. Tem sido o cuidado da **SORIEDEM** em acompanhar as tendências da moda, um dos seus mais fortes apoios, na hora de conquistar o mercado para as suas etiquetas.

ECOCIL CONSTRUIRÁ EDIFÍCIO COMERCIAL

Depois de desistir da venda do terreno ao **Banco Francês-Italiano**, a **ECOCIL** resolveu partir o quanto antes para construir um edifício para fins comerciais na esquina das ruas **João Pessoa, José de Alencar e General Osório**, no centro da cidade. A área do terreno é de quase 1.600 metros quadrados. **Fernando Bezerra**, diretor da **ECOCIL**, diz que o anteprojeto desse edifício prevê área para lojas no térreo e salas em todos os andares superiores. Por trás, será construído um edifício-garagem, para servir aos proprietários de salas e lojas.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL PARA MELHORAR REBANHO

Leônidas de Paula, um dos diretores da **Comercial Paula Cabral**, fala com entusiasmo dos bons resultados e da receptividade que está tendo no RN o sistema "vaca cheia" de inseminação artificial, posto em prática pela sua empresa. Por este sistema, explica **Leônidas**, o pecuarista deixa de ter qualquer dúvida a respeito da validade da inseminação, pois os veterinários que cuidam dessa operação treinam o pessoal da fazenda, ensinam a escolher as matrizes em condições de ser inseminadas, e, no final, o pecuarista só paga quando se comprova o resultado positivo da inseminação. Até hoje, havia um certo receio em investir na inseminação, mas pelo sistema "vaca cheia" as dúvidas começam a desaparecer.

ARTUR NUNES FAZ A CONSOLIDAÇÃO DO ICM

O secretário da Fazenda **Artur Nunes de Oliveira Filho** tinha entre as suas metas mais importantes fazer a **Consolidação das Leis do ICM** para o Rio Grande do Norte, o que finalmente foi conseguido este mês. Contendo 350 páginas e 496 artigos, a matéria levou 10 meses para ser concluída, depois de ser exaustivamente discutida com a classe empresarial através dos seus órgãos de classe. Antes da Consolidação, o que existia no Estado em termos de legislação sobre o ICM era um emaranhado de leis e decretos que deixava confundidos os contribuintes e o próprio fisco. Boa providência de **Artur Nunes**, um dos mais eficientes secretários da Fazenda que o Estado já teve.



Expedito Amorim

FIERN PREPARA NOVO CADASTRO INDUSTRIAL

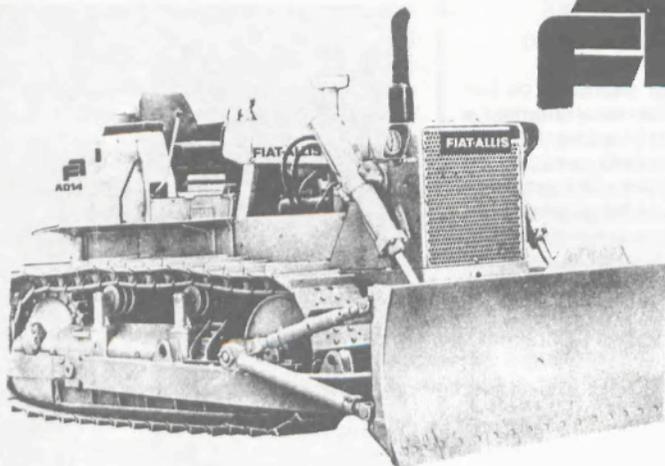
Expedito Amorim, presidente da **Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte**, já marcou a data para o lançamento do **Cadastro Industrial-1978: 25 de maio, Dia da Indústria**. Uma equipe do **Instituto Euvaldo Lodi**, órgão subordinado à **FIERN**, já está reunindo as informações sobre todas as indústrias instaladas e em funcionamento do Estado, informações que serão computadas pela **SISTEMA** e depois de devidamente organizadas comprarão um livro com 400 páginas.

DIRETORES DA METALMAG VISITAM RN-ECONÔMICO

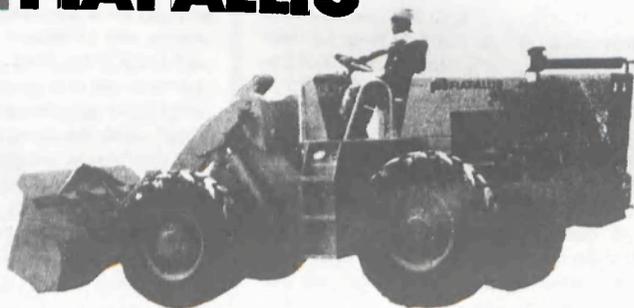
Ove Schirm, diretor-técnico da **METALMAG** (empresa que vai implantar uma indústria de beneficiamento das águas-mães das salinas em Macau), acompanhado de **Írio Bittencourt**, arquiteto da empresa, estiveram em visita à redação de **RN-ECONÔMICO**, demorando-se em longa conversa com os diretores da revista acerca dos planos da **METALMAG**. A partir de janeiro de 1979, **Ove Schirm**, que é engenheiro eletrônico, se instalará em Natal, enquanto que **Írio Bittencourt** já passa a morar na cidade este ano.

A TURMA DA PESADA

FIAT-ALLIS



TRATORES DE ESTEIRA "FIAT-ALLIS"



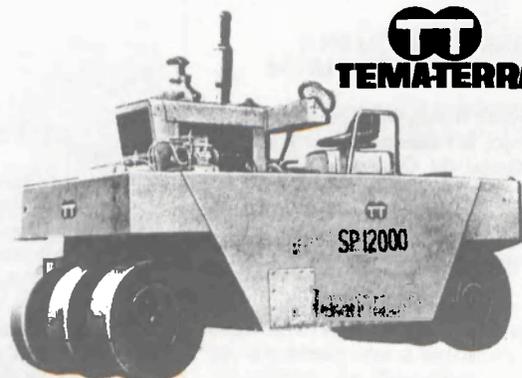
PÁS CARREGADEIRAS DE RODA E ESTEIRA "FIAT-ALLIS"


Galion



GUINDASTES "GALION"
ATÉ 14 TONELADAS


TEMA-TERRA



ROLOS COMPACTADORES "TEMA-TERRA"


CAMINHÕES MÉDIOS E PESADOS
"FIAT-DIESEL"



VALMET





MOTONIVELADORAS "DRESSER-HWB"



TRATORES DE PNEUS
E EMPILHADERAS "VALMET"

E UMA LINHA COMPLETA DE IMPLEMENTOS



COMERCIAL WANDICK LOPES S/A

AV. DUQUE DE CAXIAS, 50 FONES 222-1525 222-3778 222-4180 222-1554 NATAL
RUA ALFREDO FERNANDES, 5 FONE 321-5186 MOSSORÓ R.N.



Que não se repita o que aconteceu com o sal

Na hora em que se anuncia com entusiasmo a descoberta de ferro, manganês, chumbo e ouro no subsolo potiguar e quando se torna, mais do que nunca, indiscutível a vocação do Rio Grande do Norte para a exploração mineral, é preciso que sejam tomadas as precauções para que o homem do Estado possa se beneficiar diretamente dessas riquezas que só agora começam a ser dimensionadas, graças à tecnologia.

É preciso, a todo custo, evitar a repetição do que aconteceu com o sal marinho na década de 60. Este valioso produto hoje está entregue ao absoluto controle do capital estrangeiro, não rendendo mais do que migalhas para as pobres populações da região salineira. Diante da falência das pequenas empresas familiares que exploravam o sal por processo rudimentar, as salinas de Macau e Areia Branca foram gradativamente açambarcadas por grandes grupos econômicos, que trataram de unificá-las, mecanizá-las e de reduzir os contingentes de trabalhadores anteriormente envolvidos na produção, na colheita e no transporte do sal. A partir daí, apareceram as legiões de desempregados que até hoje padecem o drama da falta de acomodação em outras profissões. As pequenas salinas que hoje teimosamente sobrevivem, não possuem o mínimo poder de concorrência com as salinas gigantes, a começar pelos seus custos de produção mais altos, pois utilizam o trabalho braçal em vez de máquinas. Além disso, o mercado consumidor agora é mais exigente e quer índices de pureza e qualidade para o sal que só a técnica e as máquinas das grandes salineiras podem alcançar. Diante dessa realidade, o exemplo que fica é o da perda do controle econômico de toda uma região pela sua gente, por falta de preparo, de espírito empresarial, de capital e, principalmente, de medidas governamentais de proteção à empresa brasileira.

Reconhecemos a grande importância do capital estrangeiro para o desenvolvimento do país e sabemos da necessidade da presença das multinacionais trabalhando em nosso meio, até mesmo como uma forma de aperfeiçoar sistemas e métodos das empresas nacionais do mesmo ramo. No entanto, a vinda do capital e das empresas estrangeiras para sufocar as iniciativas regionais, para tirar das mãos da gente que vive na região os meios de usufruir os resultados da exploração dos seus recursos naturais, esta deve ser evitada e condenada.

Por isso, consideramos que convém alertar contra ela, até porque, na área dos minérios, de uns anos para cá tem aumentado o interesse das multinacionais pelo Rio Grande do Norte. Muitas delas já atuam a pleno desempenho no Estado, enquanto outras obtiveram o direito de pesquisar e explorar grandes áreas ricas em scheelita, tantalito, columbita, caulim e outros minerais. Alguns grupos estrangeiros, para trabalhar com mais discrição, têm se associado a alguns proprietários rurais descapitalizados, oferecendo-lhes pequenas somas em dinheiro e promessas de uma futura participação nos negócios. Em troca disso, esses homens estão se transformando em testas-de-ferro dos interesses alheios entre nós.

Diante desses quadros e conscientes de que o verdadeiro desenvolvimento econômico é o que dá ao povo condição plena de melhoria do seu padrão de vida, fazemos ver ao governo que é hora de se pensar nos meios que assegurem prioridade para as empresas nacionais, locais, constituídas por gente nossa, para que venhamos a ser os beneficiários maiores da riqueza que a nossa terra nos legou.

Marcos Aurélio de Sá

SECRETÁRIO DA FAZENDA A FAVOR DA PRORROGAÇÃO DO INCENTIVO

O secretário da Fazenda do Estado, Artur Nunes de Oliveira Filho, não é pessoalmente contrário à prorrogação do incentivo fiscal do ICM para as empresas do Rio Grande do Norte, considerando mesmo que é importante a concessão desse benefício para o fortalecimento das empresas e para o progresso da região. No entanto, reconhece que essa sua posição em nada altera o quadro atual, pois a legislação não permite que o governo do Estado tome, de iniciativa própria, a decisão de prorrogar o incentivo.

Para reforçar a sua afirmação, ele se refere ao *Convênio de Salvador*, assinado por todos os secretários da Fazenda dos Estados nordestinos em 22.11.66, que no seu item 2 estabelece que os estímulos fiscais podem ser concedidos pelo prazo máximo de cinco anos. Tal convênio é quem rege a matéria de incentivo fiscal do ICM e só pela assinatura de um novo, com aprovação unânime dos membros do CONFAZ (Conselho de Política Fazendária), se abriria a possibilidade de prorrogação. Esta unanimidade, no entender de Artur Nunes, é o que é difícil de obter. O CONFAZ é composto pelos secretários da Fazenda de todos os Estados, sob a presidência do ministro da Fazenda. Por exemplo, enquanto no RN se considera válido e necessário se conceder prorrogação do incentivo, em Pernambuco já existe questão fechada contra o assunto. E só a discordância de um secretário já impediria a celebração de outro convênio.

INTERPRETAÇÃO — Artur Nunes leu atentamente o memorial que os empresários encaminharam ao governador Tarcísio Maia, no qual defendiam que o assunto poderia ser resolvido em âmbito local, com base numa interpretação nova que era dada ao texto do Convênio de Salvador. Porém, o governador do Estado não pode decidir apenas



Artur Nunes de Oliveira Filho

com base numa interpretação nova, diz o secretário, pois o seu ato passará pelo risco de ser considerado nulo, com base no que estabelece a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, lei esta que dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do ICM. E, além disso, o Estado poderia vir a sofrer sérias sanções, tais como o bloqueio do Fundo de Participação dos Estados, entre outras.

Reforça Artur Nunes, mais uma vez, a sua posição: não é contra a prorrogação, mas não vê como ela possa ser concedida nas circunstâncias atuais.

CONTRA A FORMA — A única restrição que o secretário faz é à forma como se concedem os incentivos do ICM. Ele acha injusto se conce-

der exatamente o mesmo tipo de incentivo a qualquer tipo de indústria, pois deveria existir um critério que identificasse as que poderiam receber mais, menos ou nenhum incentivo, dependendo do seu ramo, do aproveitamento de matéria-prima local, do seu número de empregos, etc. Esse pensamento não é só dele. No CONFAZ, muitos pensam assim. Daí porque Artur Nunes acredita que não vai demorar muito a cair o sistema atual, que será substituído por outro mais aprimorado. O próprio governador Tarcísio Maia solicitou que Artur Nunes aprofundasse os estudos sobre a questão, a fim de que o Rio Grande do Norte apresente numa das próximas reuniões dos secretários da Fazenda, a sugestão de modificação da lei.

Cumprindo a recomendação do

governador, o secretário já tem anotados uma série de pontos-de-vista, além de quatro proposições de mudança no sistema de concessão de incentivos, que são as seguintes:

1) estabelecimento de tipos de indústrias prioritárias em cada Estado, para a partir daí se fixar percentuais diferentes de deduções para investimento;

2) concessão de incentivos maiores para as indústrias que mais beneficiarem matérias-primas locais;

3) concessão de incentivos em percentuais que variem de acordo com o número de empregos proporcionados;

4) exigência de contrapartida para utilização de recursos deduzidos do ICM para investimento, ou seja, quando uma indústria quiser utilizar uma parcela do ICM deduzido para ampliar suas instalações, por exemplo, o grupo que lidera a indústria terá de participar desse investimento conjuntamente, utilizando também recursos próprios.

Essas e outras proposições serão levadas ao CONFAZ, acreditando-se

que uma reforma virá, naturalmente sem prejudicar as empresas beneficiadas pelo atual processo.

POSIÇÃO DA FAZENDA — Alguns empresários criticam o fato de caber aos secretários reunidos com o ministro da Fazenda, ou seja, ao CONFAZ, a elaboração de leis que concedam ou não incentivos fiscais. Aham que há o risco de que os secretários legislem em causa própria, uma vez que negando incentivos haverá mais arrecadação. Como o afeitor da capacidade dos secretários é o aumento da arrecadação de impostos pelos seus Estados, eles colocariam dificuldades na abertura de oportunidades de isenções, sem levar em conta as vantagens a médio e longo prazo em termos de desenvolvimento econômico.

Informado dessa maneira de pensar de alguns, Artur Nunes de Oliveira Filho demonstrou aversão à tese, que acha extremamente injusta. Recorda ele que foram os próprios secretários da Fazenda que deram origem aos convênios que abriram o caminho para a concessão dos

estímulos fiscais, pois originalmente a lei que criou o ICM não permitia nenhum tipo de isenção. No entender dele, os secretários estaduais da Fazenda estão absolutamente conscientes dos problemas sócio-econômicos do país e desejam, tanto quanto os empresários, maior desenvolvimento, em especial para o Nordeste.

DE FORA PARA DENTRO — Outro aspecto da questão dos incentivos fiscais abordado por Artur Nunes é o de que se precisa encontrar uma forma de estímulo que ajude a trazer recursos de fora para dentro do Estado, pois o sistema atual muitas vezes funciona ao contrário. Muitas empresas recebem isenções parciais do ICM aqui no Rio Grande do Norte e, como são obrigadas a reinvestir o dinheiro fruto dessas isenções em programas de expansão, partem para abrir filiais em outros Estados. E isso é dinheiro nosso que vai circular longe, sem nenhum benefício para nossa gente.

Concorda o secretário integralmente com a tese levantada anos

O ACESSÓRIO QUE VOCÊ QUERIA PELO PREÇO QUE VOCÊ GOSTARIA

EQUIPADORA LÁZARO

Avenida Deodoro, 431 — telefone (DDD 0842) 222-0284 Natal-RN.



Rodas em todos os estilos, Bancos, Vidros Ray-Ban, Fumé ou Degradé.



BREVEMENTE, A NOVA ONDA: FAIXA DO CIDADÃO, PARA VOCÊ NUNCA FICAR SOZINHO.

INCENTIVO FISCAL

atrás pelo empresário Nevaldo Rocha, diretor-presidente das Confecções Guararapes S/A, a favor da criação do chamado "incentivo diferenciado", pelo qual o governo federal estimularia a interiorização da indústria diminuindo os percentuais do I. P. I. (Imposto sobre Produtos Industrializados) à medida que as fábricas fossem sendo implantadas em regiões mais pobres. Na tese de Nevaldo Rocha, uma indústria instalada, por exemplo, no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, pagaria 15% de I. P. I., enquanto que outra instalada no Nordeste, pagaria menos, e outra que se localizasse na região amazônica pagaria menos ainda, ou não pagaria nada. Esta seria a forma de compensar as desvantagens locais, a distância dos centros consumidores, e outros problemas que trazem menor poder de concorrência para as indústrias sediadas longe do Centro-Sul.

A rigor, a tese de Nevaldo Rocha



A indústria de confecções será a mais prejudicada

é inconstitucional, portanto difícil de ser defendida. Mas, sem dúvidas, ela representa uma fórmula certa de trazer recursos de fora para dentro dos Estados pobres, pois nenhum empresário de visão deixaria afastada a hipótese de se transferir ou de abrir filiais nas regiões atingidas pela menor incidência de impostos.

Inconstitucional ou não, mesmo assim Artur Nunes crê na viabilidade da tese do "incentivo diferenciado" ser levada ao CONFAZ, para análise pelo Ministério da Fazenda.

Constatada de fato a sua viabilidade, ela poderia ensejar uma reforma tributária, para melhor.



Foi feito para você.



REVENDEDOR AUTORIZADO

Natal Veículos e Peças S/A

BR-101 — Km 04 — Neópolis — Fones: 231-1228 e 222-0198 — Natal-RN

Telmo Barreto:

“NÃO SE DEVE ACABAR COM O QUE ESTÁ DANDO CERTO”

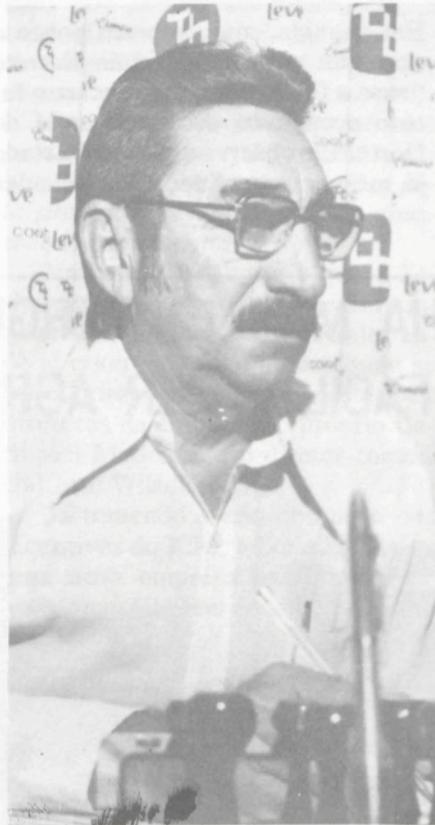
O presidente da Associação das Indústrias de Confeções do Rio Grande do Norte, Telmo Barreto, afirma que os empresários atingidos pelo problema da duvidosa prorrogação do incentivo do ICM, estão certos de que o governador Tarcísio Maia poderá encontrar aqui mesmo a fórmula de conceder por um novo período os estímulos fiscais, indispensáveis ao desenvolvimento industrial do Estado.

A classe pensa assim, com base no parecer emitido por um dos mais destacados estudiosos do Direito no Estado, o professor e advogado Ivan Maciel de Andrade, que afirmou — após minucioso estudo da legislação sobre a matéria — nada obstar a prorrogação. Esse parecer jurídico está inserido no texto do memorial que foi entregue ao governador Tarcísio Maia, em janeiro último, através do qual os industriais apontam as razões da necessidade da manutenção do incentivo.

O POR QUÊ DO INCENTIVO — Telmo Barreto tem uma posição pessoal acerca da prorrogação ou não do estímulo fiscal. Acha ele que, sem esse benefício, somente as empresas muito estruturadas terão meios para continuar se expandindo, ainda assim sem o ritmo atualmente verificado; um bom número de indústrias que só agora começam a se consolidar, entrará em processo de estagnação; e a maioria, principalmente as pequenas empresas, correrá o grave perigo de cerrar suas portas. Tudo isso a médio e longo prazos. Como as empresas com poder de resistência são muito poucas, acredita Telmo Barreto que no final as consequências seriam desastrosas.

Sem o incentivo do ICM, as indústrias locais não encontrarão como suportar as desvantagens locais, na hora da competição com as

similares do Centro-Sul. É exatamente a diferença no ICM que compensa e neutraliza as despesas maiores principalmente com a comercialização, pois quase tudo o que se produz no Rio Grande do Norte se vende fora daqui.



Telmo Barreto

O EXEMPLO DE T. BARRETO — Telmo Barreto é o diretor-presidente da firma *T. Barreto Indústria e Comércio S/A*. Tomando, pois, como exemplo o seu próprio negócio, ele mostra que tem sido graças ao incentivo do ICM que a sua empresa tem conseguido manter um índice notável de crescimento.

Quando começou, em 1966, fabricando camisas num prédio da rua Princesa Isabel que hoje serve de

depósito para as Casas Cardoso, o grupo T. Barreto possuía somente 12 máquinas de costura, muitos planos e confiança para o futuro, além de disposição para o trabalho. Já em 1967, contando com recursos do 34/18, a fábrica se transferia para o bairro da Ribeira, passando a proporcionar 120 empregos diretos. Hoje, T. Barreto oferece 1.100 oportunidades de trabalho em Natal, produz 9.500 peças por dia, e possui instalações amplas e modernas, dimensionadas para o futuro. Faturou em 1977 a soma de Cr\$ 115 milhões e prevê para o corrente exercício um faturamento de Cr\$ 210 milhões. A empresa, usufruindo as vantagens do pagamento de um menor ICM, pôde montar uma estrutura de comercialização que não se intimida com a concorrência do Sul. Hoje, ela aparece entre as que mais pagam ICM no Rio Grande do Norte, o que mostra o lado positivo do incentivo fiscal.

“NÃO CREIO EM SUCEDÂNEOS” — Telmo Barreto, indagado acerca da criação de alguma outra forma de incentivo à atividade empresarial nordestina, para substituir o incentivo do ICM, declarou não acreditar no seu bom resultado. O seu pensamento é o de que “*não se deve acabar o que está dando certo para criar instrumentos de resultados duvidosos*”.

Porém, ele concorda com o ponto de vista do secretário da Fazenda, Artur Nunes de Oliveira Filho, no sentido de que sejam feitas modificações ao atual sistema de incentivo, para aperfeiçoá-lo. Diz Telmo Barreto que se o Estado está abrindo mão de seu dinheiro em favor do contribuinte, deve este se subordinar a exigências válidas, tais como a fiscalização do reinvestimento das parcelas deduzidas do ICM, entre outras.



Para a CONTÉ, o Incentivo do ICM é Imprescindível

investidores e que novos caminhos para a economia estão sendo abertos pela exploração da barrilha e dos minérios. Na área de confecções e do têxtil, ele considera o campo aberto para novos e grandes investimentos, havendo porém a necessidade primordial dos incentivos. Sabe, também, que vários grupos de fora olham com atenção para o Estado e em breve alguns estarão chegando aqui para investir na implantação de fábricas de tecidos e malharias.

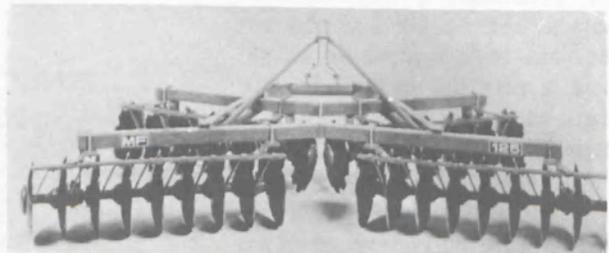
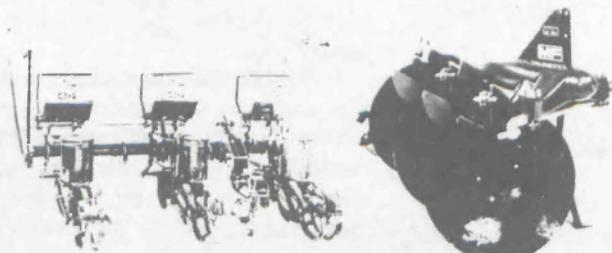
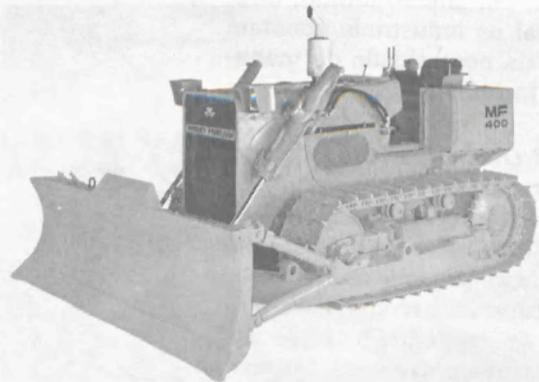
A exportação de confecções é um tema que o apaixona. Mas ele reconhece que ainda há um longo caminho a percorrer para que as fábricas do RN possam penetrar com segurança no comércio externo, que paga bem, mas é extremamente exigente. *“As indústrias locais precisam aumentar o seu padrão de qualidade, capacitar melhor seus operários e trabalhar com tecidos melhores. Quando forem alcançadas estas metas, poderemos exportar”* — conclui.

Também acha que a indústria que dá mais empregos deve ter incentivo maior do que a que contrata menos mão-de-obra local.

Em seguida, mudando um pouco o rumo da entrevista, Telmo Barreto passa a falar sobre como encara o futuro econômico do Rio Grande do Norte. Ele observa que nosso Estado já merece a confiança dos grandes

CONFLANÇA NO FUTURO —

COM A NOVA LINHA MASSEY FERGUSON ESTÁ CADA VEZ MAIS FÁCIL FAZER AGRICULTURA !



JESSÉ FREIRE AGRO-COMERCIAL S/A

MATRIZ: Rua Teotônio Freire, 283
NATAL — RIO GRANDE DO NORTE
FILIAL: Rua Alfredo Fernandes, 4
MOSSORÓ — RN

Garibaldi Medeiros: “CONSEQUÊNCIAS DA NÃO PRORROGAÇÃO SERÃO GRAVES PARA ECONOMIA DO RN”

Desde quando se instalou no bairro da Ribeira, em 1969, pondo em funcionamento uma pequena indústria de confecções com apenas 22 máquinas de costura, a Soriedem S/A Confecções teve nos incentivos fiscais concedidos pelo Governo do Estado (isenção parcial do ICM) o instrumento principal para possibilitar sua entrada no mercado com poder de concorrência. E tão importante tem sido esse incentivo, ao longo desses oito anos de existência da Soriedem que ela, hoje, possui em Natal 1.500 empregados produzindo 12 mil calças e camisas masculinas por dia, prevendo faturar em 1978 a soma de Cr\$ 260 milhões.

O INCENTIVO É VITAL — Garibaldi Medeiros, diretor-presidente da empresa, afirma que o incentivo do ICM tem sido de importância capital para o desenvolvimento da Soriedem, pois é ele que dá os meios para que a indústria funcione. E explica:

— *Os recursos obtidos pela Soriedem junto à SUDENE são totalmente imobilizados. As reduções do Imposto de Renda, por seu lado, são apenas sobre os lucros da empresa, se houver. Enquanto que a dedução do ICM incide exatamente sobre o custo do produto, podendo então a empresa aumentar sua rentabilidade ou compensar as desvantagens locacionais na hora de competir com as concorrentes do Sul. Na verdade, o incentivo do ICM tem constituído uma excelente forma de poupança que a empresa aplica na ampliação dos seus negócios. Se não tivermos esse incentivo, no futuro fatalmente ocorrerá a estagnação.*

Acha Garibaldi Medeiros que “as consequências da não prorroga-

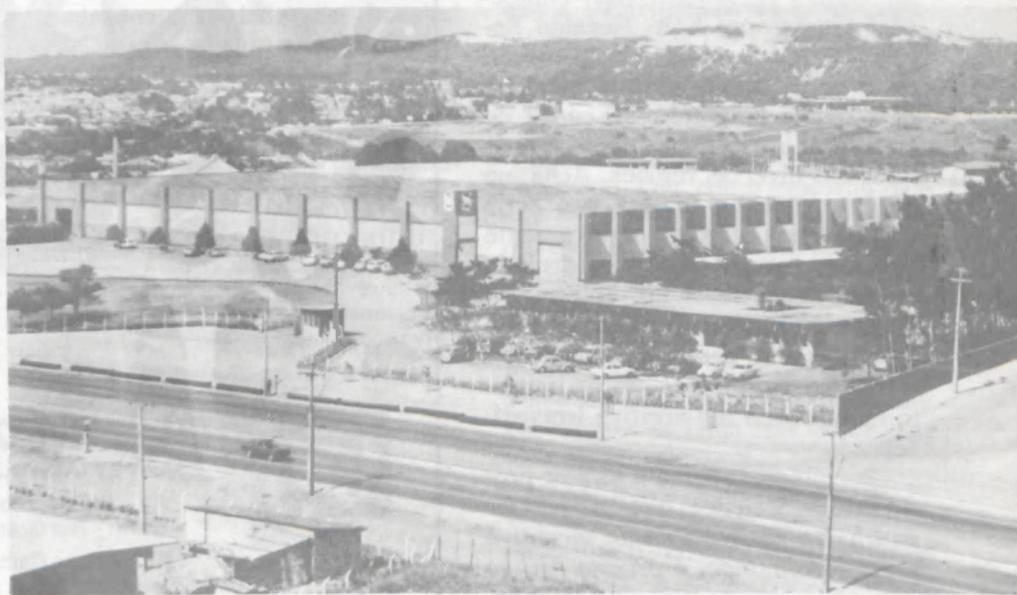
ção dos incentivos do ICM serão graves para a economia do Rio Grande do Norte, gerando um desestímulo tão grande para a classe empresarial, que poderá acontecer, até, a saída de empresas daqui para outras regiões. Haverá o medo de que, sem a compensação da diferença do ICM, o custo dos produtos obtidos pela indústria no RN se torne mais alto do que nas áreas favorecidas pela proximidade dos mercados abastecedor e consumidor”.

Em vista disso tudo é que a Soriedem já pensa seriamente em ampliar sua atuação em São Paulo, onde já criou uma filial e para onde se transferirão brevemente mais dois diretores da empresa, o próprio Garibaldi Medeiros e o diretor-comercial José Wilson Rocha.

Já temendo a não obtenção dos incentivos do ICM, a Soriedem criou uma nova empresa para implantar mais duas fábricas de confecções no

Rio Grande do Norte, em vez de partir para a expansão da sua atual fábrica de Natal, isto porque não há objeção legal à concessão de incentivos a firmas novas, mas apenas à prorrogação de incentivos para aquelas que já desfrutam desse benefício. Apenas com o detalhe de, não sendo empresa pioneira no ramo, essa nova firma do grupo Soriedem só terá direito à metade da dedução do ICM para investimento (24%, ao invés dos 48% que a lei assegura, atualmente, à Soriedem e outras indústrias pioneiras no setor de confecções).

CONFIANÇA EM TARCÍSIO — Acha Garibaldi Medeiros que, em vista da luta que o governador Tarcísio Maia vem empreendendo em favor da industrialização do Rio Grande do Norte, se dispondo ele mesmo a intervir decisivamente junto à SUDENE e a bancos oficiais na defesa da causa dos nossos empre-



A SORIEDEM cresceu graças ao incentivo fiscal do governo

sários, haverá uma participação importante do Governo do Estado na luta que já foi iniciada na região para que o Ministério da Fazenda autorize a prorrogação do incentivo do ICM. Porém, completa Garibaldi Medeiros que sendo possível encontrar-se uma solução em âmbito local, não há dúvida de que isto será muito melhor do que recorrer ao Ministério, até porque não haverá unidade nos Estados do Nordeste em prol da concessão desse benefício fiscal, pois de antemão já se sabe que alguns governadores nordestinos são contrários à medida.

Para exemplificar a ação do governador Tarcísio Maia a favor do desenvolvimento industrial do RN, Garibaldi vai ao ponto de afirmar que a própria Soriedem muito deve ao chefe do Poder Executivo pela recente aprovação de uma carta-consulta na SUDENE, em que o grupo Soriedem propõe a implantação de duas fábricas de confecções (uma no Grande Natal, em local ainda não definido, e outra na cidade de Jardim do Seridó, já praticamente concluída e com funcionamento previsto para os próximos meses). Foi o governador quem se empenhou pessoalmente na aprovação desse projeto. Assim, reconhece Garibaldi que quem age em defesa do empresário com tanto empenho, não deixará de apoiá-lo numa causa ainda mais séria, como essa do incentivo fiscal.

UMA ALTERNATIVA — Garibaldi Medeiros concorda com a tese do diretor-presidente das Confecções Guararapes S/A, Nevaldo Rocha acerca da necessidade da criação de um incentivo diferenciado no país, como uma fórmula capaz de equilibrar o desenvolvimento econômico das diversas regiões. Acha, no entanto, que na prática isso seria muito difícil, embora teoricamente seja algo certo. Somente usufruindo de vantagens reais um empresário de São Paulo deixaria de investir naquele Estado para vir investir no Nordeste. E o pagamento de imposto menor seria um atrativo irresistível.

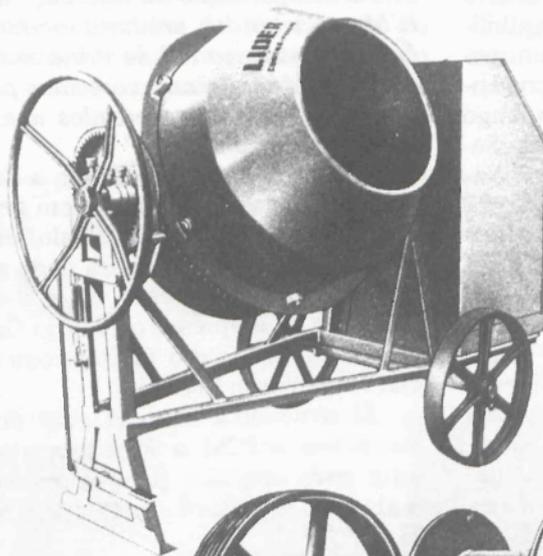
Por último, afirma o diretor-presidente da Soriedem que *“se não for possível a prorrogação do incentivo fiscal pelo Estado, é preciso que se pense numa outra forma de compen-*

sação para esse benefício perdido, pois de fato muitas indústrias (ao todo são 48 grandes e médias empresas atingidas pelo problema) irão fechar suas portas a médio e longo prazo, principalmente aquelas que produzem aqui para vender fora, como as do setor de confecções que destinam mais de 95% da sua produção para outros Estados”.

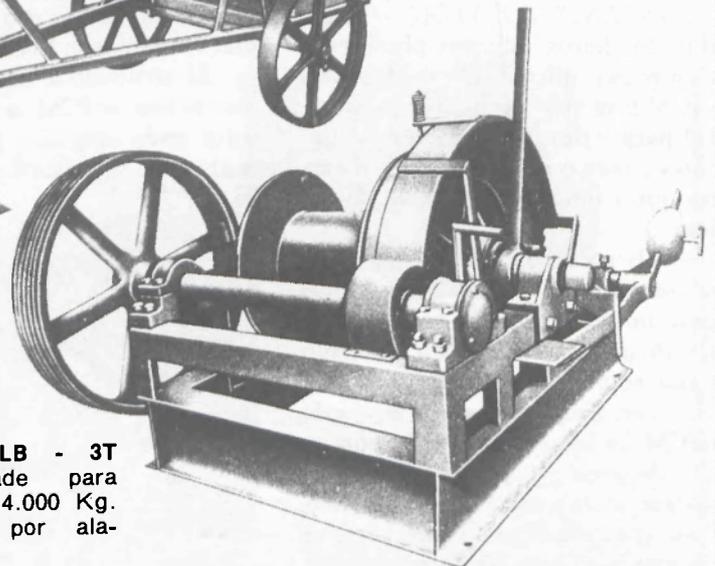
Uma forma de incentivo que ele imagina é a abertura de uma linha de crédito subsidiado para as empre-

sas, pelo Banco de Desenvolvimento ou por algum outro banco oficial, a juros baixos ou sem juros, que cubra o percentual de redução de custos proporcionando pelo incentivo do ICM. Obtendo financiamentos para capital de giro, devidamente subsidiados, no final as indústrias teriam alguma compensação, pois os juros andam hoje em torno de 4%, mais ou menos o percentual da redução de custos possibilitado pelo incentivo fiscal.

DISTRIBUIDORES DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL.



BETONEIRA MANUAL
— Motor elétrico de 3HP. Base de giro sobre rolamentos. Equipada com rodas de ferro ou pneumáticas.



GUINCHO GLB - 3T
— Capacidade para pesos de até 4.000 Kg. Acionamento por alavanca manual.



QUEIROZ OLIVEIRA

MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.

Av. Rio Branco 185 - Tel PABX 222-2056
Natal - Rio Grande do Norte -

Rua Felipe Camarão, 257 Fone: - 321-206
Mossoró Rio Grande do Norte —

O CRESCIMENTO VERTIGINOSO DA UNIVERSIDADE EXPLICADO PELO REITOR

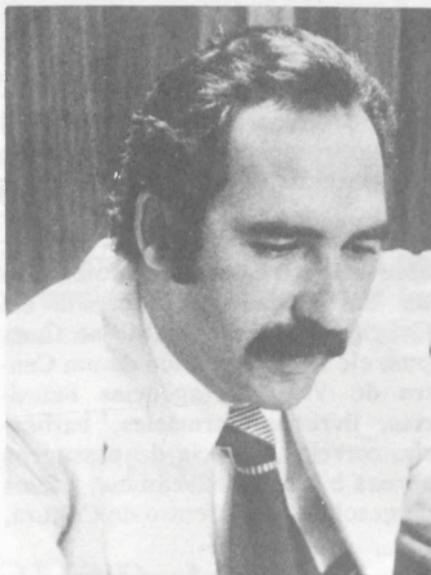
Até 1979, último ano da gestão de Domingos Gomes de Lima, haverá necessidade da manutenção de um ritmo vertiginoso de trabalho para que sejam aplicados cerca de Cr\$ 600 milhões, que é o valor das verbas de que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte dispõe até lá.

Essa vultosa soma será investida, especialmente, na implantação total do projeto do Campus Universitário, que prevê 103 mil metros quadrados de área construída, como também na construção do Campus Biomédico (obra já iniciada, orçada em Cr\$ 100 milhões). Mas, ao lado dessa preocupação com o lado físico da Universidade, existe um destaque importante para a melhoria do nível do nosso ensino superior, pois a cada dia um número maior de professores são convocados a trabalhar na UFRN em tempo integral, enquanto centenas de outros viajam para outros Estados ou até para o Exterior em busca dos cursos de mestrado ou doutorado nas suas especialidades.

UM SALTO PARA O FUTURO — O reitor Domingos Gomes de Lima afirma que, antes mesmo de vir a ocupar o posto que tem hoje, já tinha consciência de que, numa região pobre como a nossa, o papel da Universidade é muito importante na hora de se promover a modificação da realidade social, cultural e, conseqüentemente, econômica do povo. Por isso, a UFRN se encontra agora cuidando de se instrumentar para atingir a plena realização dessa tarefa.

Com dois anos e nove meses de administração, Domingos Gomes de Lima expressa a maior satisfação ao expor os números da realidade atual: *“Quando assumí, o Campus possuía 21 mil metros quadrados de área construída. Hoje, já estamos com 61 mil metros quadrados. Ao fim do meu mandato, teremos 103 mil”*.

Entre essas obras, estão a construção de vários setores de aulas teóricas e de administração acadêmica, laboratórios, reservatórios elevados, plano viário, etc.



Domingos Gomes de Lima

O CAMPUS BIOMÉDICO — A construção do Campus Biomédico é uma das principais preocupações do reitor. A primeira etapa da obra prevê um conjunto de ambulatórios numa área de 20 mil metros quadrados (ao lado do hospital das Clínicas, no bairro de Petrópolis) que serão destinados a 126 consultórios dimensionados para atender às diferentes clínicas especializadas, nas áreas da medicina e da odontologia, além de salas cirúrgicas.

Ainda nessa etapa, se espera construir obras consideradas emergenciais, como ambulatórios materno-infantis, ampliação da clínica pediátrica, construção do berçário da maternidade-escola, e revestimento com azulejo de todos os atuais ambulatórios do Hospital das Clínicas.

ATIVIDADES—FINS — Diz Domingos Gomes de Lima que a ênfase maior da sua administração

contudo, é dada às atividades-fins da Universidade: ao ensino, à pesquisa e à extensão. E retira de uma gaveta algumas anotações que bem servem para comparar o que era a UFRN há três anos e o que é ela agora. Entre essas anotações, estão as seguintes:

Número de Cursos Reconhecidos:

1975 — 8
1977 — 26

*Profissionalização de Professores:
Docentes em Tempo Integral*

1975 — 139
1977 — 686

Oferta de Vagas:

1975 — 1.340
1977 — 2.000

Número de Alunos:

1975 — 6.200
1977 — 10.500

Além de alcançar todos esses resultados positivos, declara o reitor que a UFRN promoveu o reequipamento dos seus laboratórios, duplicou o seu acervo bibliográfico (tem 10 livros por aluno), acionou o mecanismo de assessoramento pedagógico, promoveu cursos de metodologia de ensino, bem como procurou treinar — permanentemente — o seu quadro de pessoal técnico e administrativo.

FÓRMULA USADA — Para comandar com êxito todo esse processo de desenvolvimento, Domingos Gomes de Lima tem usado uma fórmula que ele revela:

“Eu acredito que a minha vivência como administrador foi muito importante. Há doze anos, trabalho na Reitoria, participando de todas as decisões da Universidade e conhe-



O Campus terá 103 mil metros quadrados de área construída

cendo os seus problemas. Ao mesmo tempo, fiz um grande relacionamento com pessoas envolvidas com o ensino superior em todo o país, pois participei de muitos encontros e seminários, como também viajei com frequência a Brasília para encaminhar assuntos nossos junto ao Ministério da Educação. Como reitor, reforcei esse relacionamento e tenho feito muitos amigos na esfera federal, o que me dá livre trânsito no MEC na hora de encaminhar os pleitos da UFRN, os seus planos de expansão, as suas necessidades de recursos'.

E uma prova de que isso tem dado resultado é que o orçamento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte chega a causar estranheza lá em Brasília, pois é maior do que o de muitas universidades de Estados maiores e mais populosos.

Comparando o orçamento da UFRN de 1977 com o de 1973, por exemplo, houve um crescimento de 911,2%.

O reitor não esquece, antes de mudar de assunto, de dizer que o bom resultado até agora alcançado pela sua gestão se deve muito à equipe que conseguiu reunir, formada por muita gente idealista e competente.

RITMO VERTIGINOSO — Assim, Domingos Gomes de Lima não tem dúvidas de que executará até o fim do mandato tudo o que foi proposto em seus planos e projetos, até porque o mais difícil nesta hora, o dinheiro, já está garantido: Cr\$...... 600 milhões. Fazem parte ainda das suas metas: ter 900 professores em regime de tempo integral; deixar

a UFRN com 13 mil alunos e 41 cursos reconhecidos; consolidar a implantação de mais dois Núcleos Avançados da UFRN, um em Currais Novos e outro em Macau; construir 252 casas para professores da Universidade, obra orçada em Cr\$ 96,5 milhões. Quanto ao Campus, ele ficará acrescido de um Centro de Vivência (agências bancárias, livrarias, farmácias, barbearia, correios, agência de passagens aéreas e terrestres, cinema, postos de gasolina, etc), Centro de Cultura,

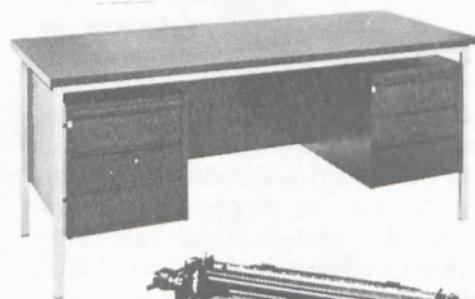
Núcleo de Processamento de Dados, Núcleo de Tecnologia Educacional, Residências Universitárias, Hotel de Trânsito e ciclovias.

Domingos Gomes de Lima, interrogado sobre sucessão na Reitoria, diz que o seu tempo é muito curto para pensar nisso. Mas dá uma opinião: qualquer dos 1.300 professores da UFRN tem condições de ser reitor. E ele não faz objeção a nenhum deles!

RECOMAPE TEM TUDO, ABSOLUTAMENTE TUDO PARA SEU ESCRITÓRIO



Mesa "ESTIL"
Linha 90



Cadeira "ESTIL"
Linha Diretor



Máquinas de
escrever "REMINGTON"



RECOMAPE Revendedora Costa, Máquinas e Peças Ltda.

MATRIZ: - Rua Dr. Barata, 242
FILIAL: - Praça Augusto Saverio, 91
FONES: - 222-1467 - 222-4208

FILIAL EM MOSSORÓ:
Pça. Vigário Antonio Joaquim, 99
MOSSORÓ - RN - FONE: 321-1330

OS REITORÁVEIS FALAM DE UNIVERSIDADE

O ensino universitário brasileiro está se transformando num tema altamente polêmico. A imprensa do Sul tem cedido os seus espaços para as discussões, as análises e as críticas à instituição universitária, que no entender de muitos está se afastando das realidades sócio-econômicas do país e participando pouco da luta para mudar as precárias condições de vida do povo.

Abrimos o debate sobre este assunto no Rio Grande do Norte, através da palavra de quatro professores universitários com qualidades de liderança e representatividade na UFRN, todos apontados como nomes à altura de substituir o reitor Domingos Gomes de Lima, cujo mandato de quatro anos se encerra em 1979. Diógenes da Cunha Lima, Jardelino Lucena, Leide Morais e Cláudio José Emerenciano falam de modo franco e aberto sobre os problemas e as virtudes do nosso ensino superior.

Diógenes da Cunha Lima:

É HORA DE FORMAR MAIS TÉCNICOS E MENOS BACHARÊIS

Professor de Direito Comercial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ex-secretário da Educação e Cultura do Estado, poeta e escritor, advogado militante, Diógenes da Cunha Lima acompanha com interesse os assuntos que envolvem o ensino universitário no país. Para ele, a pouca idade da universidade brasileira (as primeiras universidades foram criadas há cerca de cinquenta anos) é um dos fatores que podem ser catalogados como causa das deficiências do ensino e de outros problemas. Mesmo assim, ela tem cumprido o seu papel, preparando uma elite cultural que, dia a dia, vai galgando os altos postos de comando da nossa sociedade, tanto na área pública como nos empreendimentos privados. E é exatamente esta elite que está promovendo mudanças e

acelerando o ritmo de desenvolvimento nacional.

Para Diógenes da Cunha Lima, a universidade tem preparado muitos profissionais que, depois de formados, não encontram oportunidades no mercado de trabalho ficando, portanto, sem condições de exercer a sua profissão. Mesmo assim, ele considera que estas pessoas ganharam, com certeza, conhecimentos válidos durante o tempo de estudo superior que lhes permite desenvolver outras atividades com muito mais segurança. E cita como exemplo que conhece de perto, o caso de tantos bacharéis em Direito que hoje se dedicam com sucesso ao serviço público ou à iniciativa privada.

Como uma forma de melhor aproveitar o potencial dos recém-saídos da universidade, ele aponta para a necessidade de se vitalizar um



grande programa de integração universidade/empresa, bem como de se promover um maior entrosamento com os órgãos governamentais, para maior aproveitamento da mão-de-obra especializada nos seus projetos.

MAIS TÉCNICOS — Diógenes da Cunha Lima não vê porque não se formar mais técnicos de níveis médio e superior, dentro da universidade, em vez de tantos bacharéis. Como uma exigência dos novos tempos e da própria dinamização da economia, mais técnicos terão de ser lançados ao mercado de trabalho pela universidade. Isto se choca com o preconceito de muitas famílias que não aceitam para os seus filhos senão o título de "doutor", mas a realidade agora é outra.

Ele complementa o seu raciocínio apontando o exemplo da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, que a cada ano forma turmas maiores de técnicos de nível médio que são imediatamente absorvidos pelas empresas e órgãos públicos, com salários às vezes mais compen-

sadores do que os oferecidos a alguns profissionais portadores de curso superior.

UFRN EM TRES TEMPOS — Voltando-se para a abordagem dos problemas da UFRN, Diógenes da Cunha Lima afirma que ela já passou por três momentos decisivos na sua existência: 1) ela foi bem nascida e recebeu dos seus criadores toda uma tradição de seriedade e amor à causa do ensino; 2) ela partiu para a construção da sua base física, representada pela grandeza do nosso Campus; e 3) ela implanta definitivamente o Campus e se volta para a capacitação dos seus docentes, formando mestres e doutores que em breve assegurarão mais profundidade e melhor nível para o ensino superior.

Ele destaca como um outro acontecimento importante na história da UFRN o seu envolvimento direto com os problemas sociais do nosso meio. Isto aconteceu com a criação do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária — CRUTAC, programa

idealizado aqui e hoje adotado em vários Estados brasileiros e até mesmo em outros países.

DESENVOLVER A CRIATIVIDADE — Interrogado sobre seu interesse em vir a ocupar a reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Diógenes da Cunha Lima explicou que, como qualquer outro professor universitário envolvido no trabalho de desenvolver e aperfeiçoar a instituição do ensino superior, almeja exercer tão importante cargo.

No entanto, ao comentar suas possibilidades de vir a ser o futuro reitor, disse que elas podem ser calculadas como uma em 1.300, ou seja, ele se considera apenas um professor entre os 1.300 professores da UFRN, todos teoricamente em condições de aspirar e exercer o cargo.

Encerrando suas declarações, disse apenas que se chegasse à reitoria a sua meta maior seria desenvolver a criatividade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, envolvendo-a com a solução dos grandes problemas do Estado.

VOCÊ APROVEITA MELHOR O VERÃO NUM SELVAGEM.

O SELVAGEM é um bug idealizado e fabricado no Rio Grande do Norte. E é a melhor opção de conforto para nosso clima tropical. É dinâmico, econômico, versátil, seguro. Na areia ou no asfalto. Tem mecânica Volkswagen que é mais do que uma garantia, é tranquilidade.

O SELVAGEM já é vendido em Manaus, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio e Brasília. A partir de janeiro, autorizados pela Volkswagen, estaremos entregando o Selvagem 0 Km.

Que está esperando?

O verão está aí.

E O SELVAGEM também...



OLIVEIRA & NEVES LTDA.

SELVAGEM

Trav. Joaquim Fagundes, 714 - Natal-RN. Fones: 231-1548 - 231-3098.

Jardelino Lucena:

BUROCRACIA AINDA É UM MAL DAS UNIVERSIDADES

Bacharel em direito, jornalista em disponibilidade e professor da UFRN, Jardelino Lucena Filho ocupa atualmente a direção do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, fazendo assim parte da equipe do reitor Domingos Gomes de Lima e convivendo diariamente com os inúmeros problemas da universidade.

A conclusão a que ele chega ao analisar a situação do ensino superior no Brasil é a de que, no geral, a coisa vai bem. Diz Jardelino que a universidade brasileira vive uma fase de transição, nos últimos cinco anos, a partir de quando o governo se decidiu pela ampliação do acesso aos cursos universitários ao maior número possível de brasileiros. Graças a isto, houve o aumento em termos de extensão, devendo agora começar a preocupação pelo aumento em termos de qualidade.

PROBLEMA CONJUNTURAL — Sobre o mal aproveitamento da mão-de-obra saída da universidade, ele afirma que embora não disponha de dados precisos sobre a situação, acredita que pouco a pouco as soluções surgirão, pois este é mais um problema conjuntural, não sendo um fenômeno exclusivo do Brasil, mas de muitos outros países onde há crises na economia. Na hora em que forem melhorando as condições socioeconômicas, o mercado de trabalho absorverá toda a mão-de-obra formada nas escolas superiores.

Jardelino Lucena Filho também considera a integração universidade/empresa um bom caminho para possibilitar um mais rápido aproveitamento de estudantes graduados, mas vê o empresário — principalmente o nordestino — pouco disposto a participar de um programa deste tipo, até por falta de uma visão mais profunda do que ele representa. E também vê a burocracia

da universidade como um empecilho, pois como órgão do serviço público ela fica impossibilitada de tomar decisões rápidas na hora precisa. Ele faz referência ao sucesso da Universidade de Campinas (UNICAMP) nesse setor, exatamente porque, como uma Fundação ela tem maior liberdade de ação e menos burocracia.

VISÃO UNIVERSITÁRIA — *“Vejo a Universidade Federal do Rio Grande do Norte como o esforço conjunto de um grupo que vive o seu dia a dia, geralmente pessoas que vieram dos quadros de alunos e*

que se juntaram aos mais antigos para dar sua contribuição ao desenvolvimento da instituição, hoje em fase de grande dinamização” — declara Jardelino Lucena Filho. E prossegue: *“os mais antigos a que me refiro são os professores fundadores, que dedicam muito amor à UFRN, e têm o poder de transmitir este amor aos mais moços”*.

Para ele, a nossa universidade tem falhas, muitas delas ligadas ao próprio esquema político-administrativo que rege o serviço público federal. Mas, considerando-se o pouco tempo de existência e o seu crescimento, todas essas falhas são justificáveis e não chegam a influir na excelente imagem da UFRN aqui e fora daqui.

Sobre a possibilidade de vir a ser o futuro reitor, Jardelino preferiu não falar. Limitou-se a reafirmar que o seu cargo é o de diretor de centro, com mandato que só se encerra em 1981.



Leide Morais:

PROFESSOR UNIVERSITÁRIO PRECISA GANHAR MAIS

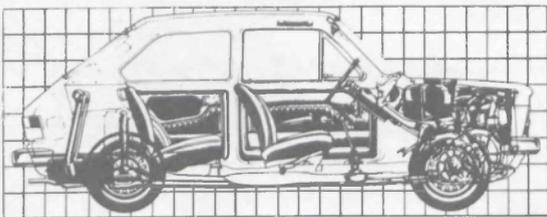
Para o médico e professor Leide Morais, o que vem prejudicando a qualidade do ensino superior no país é o acentuado aumento do número de vagas oferecidas para cada curso, na hora em que pouquíssimas universidades estão estruturadas para isto.

Professor titular de Toco-Ginecologia, diretor da Maternidade-Escola Januário Cicco e ex-vice-Reitor da UFRN, Leide Morais acredita que, pouco a pouco, o nível do ensino voltará a ser bom. Para explicar as atuais deficiências nesse campo, ele afirma que a maioria das pessoas está procurando nos cursos de pós-

graduação os conhecimentos que deveria ter desde a graduação, de modo que até os mestros e doutorados ficam ameaçados de cair de nível. No seu entender, os cursos de pós-graduação deixariam de ter sentido se, em vez de serem um caminho para o aperfeiçoamento, passassem a ser a alternativa para os que querem aprender o que deviam ter aprendido no curso universitário regular.

ESPIRITO DE "DOUTOR"- Falando sobre mercado de trabalho, Leide Morais diz que o espírito de "doutor", que ainda é cultivado

**Já temos o FIAT 147 que você tanto deseja,
pelo preço que sua mulher estava querendo.**



DUAUTO VEÍCULOS

Av. Presidente Bandeira, 1240 Alecrim Fones: 231-6132 e 231-3927.

pela maioria das famílias brasileiras, tem levado muita gente a escolher carreiras sem campo para o exercício profissional. "Enquanto existem milhares e milhares de médicos sobrando, muitos desempregados e outros subempregados, a oferta de vagas para enfermeiras de nível superior (com ótimos salários) é de 77 mil em todo o Brasil" — assinala.

Voltando a falar da qualidade do ensino, ele faz uma observação: a remuneração dada ao professor universitário é muito baixa. Esta realidade faz com que os que se dedicam ao ensino superior sejam forçados a apelarem para o exercício

simultâneo de outras atividades, como forma de sobrevivência. Enquanto o professor universitário não possa ter a sua profissão como meio de vida, não se pode esperar muito dele.

O FUTURO DA UFRN. — Leide Morais vê a UFRN bem preparada para o futuro. As suas perspectivas são as melhores possíveis, principalmente pela bem orientada política posta em prática pelo reitor Domingos Gomes de Lima voltada para a pós-graduação de um número sempre crescente de docentes. Será a melhor qualificação desses muitos professores pós-graduados que impulsionará o nível dos nossos cursos

e colocará o nome da Universidade Federal do Rio Grande do Norte entre os nomes dos principais centros de ensino superior do país.

Perguntado se tem interesse em disputar a reitoria, o professor Leide Morais pára um pouco para pensar e responde:

"Eu já pensei nisso antes; já disputei uma vez. Agora, a minha preocupação se volta exclusivamente para a minha cadeira e para a Maternidade-Escola, onde há dez anos funciona uma residência a nível de especialização, disputada não só pelos alunos do curso médico da UFRN, mas por alunos vindos de muitas de unidades do país".

Cláudio Emerenciano: UNIVERSIDADE BRASILEIRA VIVE FASE DE TRANSIÇÃO

"A instituição universitária vem sofrendo em escala mundial, profundas alterações neste século, como consequência das complexas exigências da vida social. Sendo assim, a Universidade precisa oferecer ao meio social maiores oportunidades de acesso às habilitações exigidas pelo mercado de trabalho, para que desta maneira se possa aproveitar de todas as conquistas das ciências e promover-se um desenvolvimento integral do homem".

Com estas considerações, o professor Cláudio José Freire Emerenciano começou a explicar o seu ponto de vista sobre o atual momento das universidades brasileiras e sobre o ensino universitário de um modo geral.

Cláudio Emerenciano, que aos 32 anos exerce as funções de Pró-Reitor Acadêmico para Assuntos de Extensão Universitária, depois de haver atuado como professor da própria universidade e das escolas de Sociologia e Jornalismo, nesta última exercendo, inclusive, a posição de diretor, gosta de fazer

conceituações baseadas em análises mais profundas. Para ele a atual universidade brasileira vive uma fase de profunda transição, transformando-se numa instituição mais aberta para a entrada tanto de docentes como dos discentes, numa autêntica democratização do ensino. Este processo, segundo ele, gera um certo desnível em termos de qualidade de ensino, desnível este a curto prazo, mas, que será superado a médio e a longo prazo.

Afirma o Pró-Reitor de Extensão que o próprio Ministério de Educação e Cultura, bem como as pessoas ligadas à universidade no Brasil, estão preocupadas com a qualidade do ensino e partem, decisivamente, para a melhoria do mesmo. Mostra que se pode notar o crescente engajamento da universidade brasileira na vida comunitária, de forma a permitir uma participação da universidade na formação cultural do povo e no processo de desenvolvimento social.

MERCADO DE TRABALHO — Ligado à extensão universitária e aos programas de aproveitamento da



mão-de-obra oriunda das universidades, Cláudio Emerenciano aborda o problema de mercado de trabalho, dizendo que realmente existem alguns cursos onde não houve ou não há a preocupação de colocação de profissionais oriundos das escolas superiores brasileiras. Mas, o maior problema emerge da própria estrutura do ensino de 1º e 2º graus, onde a Lei 5.692, que instituiu o ensino profissionalizante a nível secundário, não tem condições de ser cumprida em todos os Estados por falta de estruturação técnica ou financeira. Deixando de

acontecer este tipo de ensino, os problemas mais amplos são carreados para a universidade.

Ele considera que uma solução seria a instalação de cursos que habilitassem profissionais aptos a atender a reais necessidades do meio social, subordinando-se o número de vagas de um curso às exigências do mercado, evitando-se com isso a perda de recursos humanos e financeiros.

Sobre o processo de elitização das universidades brasileiras, faz questão de mostrar que se vem incidindo em um erro ao taxar pura e simplesmente o produto universitário de elite. Diz Cláudio Emerenciano que, pela formação profissional e cultural adquirida, quando as universidades formam elementos altamente qualificados, estes têm de ser catalogados, de certo modo, como elites, já que vivemos em um país onde ainda é grande o número de analfabetos. Achando, porém que este problema se resolverá com o desenvolvimento, quando as pessoas com formação de nível médio poderem auferir salários condizentes com a sua condição de técnicos, salários que satisfaçam as suas aspirações e de seus familiares, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, Alemanha e França, para citar apenas três países.

INTEGRAÇÃO — Já sobre a integração universidade/empresa, programa que esteve em muita evidência e que parece um pouco esquecido, diz o Pró-Reitor da UFRN que ele é indispensável hoje em dia, tendo em vista os compromissos da universidade com os interesses sociais. Cita, para justificar, dois exemplos que considera definitivos: os das universidades de Stamford, nos Estados Unidos, e de Campinas, no Brasil, que vêm trabalhando em perfeita integração com as empresas, em termos de avaliação de mercado de trabalho, prestação de serviço, pesquisas, treinamento de profissionais.

DESENVOLVIMENTO DA UFRN — A Universidade Federal do Rio Grande do Norte é analisada pelo Pró-Reitor, que faz questão de destacar o processo de dinamização e desenvolvimento que a mesma vem alcançando desde a sua criação

com todos os dirigentes que por ali passaram sempre acrescentando algo de positivo no ensino, nas condições físicas, etc. sempre colaborando para este crescimento. Não esconde que a UFRN tem falhas, a maioria em decorrência do próprio crescimento e da absorção de diversas escolas independentes, maneira pela qual foi criada a universidade. No entanto, declara que estas mesmas falhas estão sendo superadas e que, pouco a pouco, a UFRN vai se aperfeiçoando e crescendo em toda plenitude. Mostra confiança na administração atual, dizendo ser o reitor Domingos Gomes de Lima um líder que tem sabido conduzir a universidade e que, exatamente por esta condição, merece respeito e admiração de todos os que formam a comunidade universitária do Rio Grande do Norte.

Cláudio Emerenciano é favorável ao programa de capacitação de docentes, dizendo que em pouco tempo a UFRN terá uma situação excelente, com a maioria de seus docentes portadores de diploma de mestrado e doutoramento.

Quanto a ser ou não candidato a reitor, como é citado constantemente, Cláudio Emerenciano prefere nada declarar. Apenas assina a que dentro da UFRN existe um líder o atual reitor que no momento adequado saberá ouvir a comunidade universitária para saber então quem vai merecer participar da lista sêxtupla a ser enviada ao Ministério da Educação e Cultura. "Para tal cargo, não adianta ninguém se lançar candidato. O importante é que, na hora adequada, se mereça a indicação" finaliza.

Veja como a **DIVEMO** pode ajudar os negócios a correrem melhor para você.



Nós sempre acreditamos na especialização.

É por isso que nos sentimos à vontade para oferecer os nossos serviços a você e ao seu Mercedes-Benz.

Assim, quando você precisar de um veículo de alta qualidade para transporte de carga ou de passageiros, vai encontrar aqui, à sua disposição, uma equipe de especialistas, preparada para assessorá-lo em todos os detalhes na escolha de um caminhão ou de um ônibus.

Vamos poder escolher juntos o veículo mais adequado para o tipo e a quantidade de carga que você pretende transportar.

E depois, quando você já tiver o seu Mercedes-Benz, vai conhecer os serviços da nossa assistência técnica, feita por mecânicos treinados na própria fábrica, que trabalham com ferramental adequado e só utilizam peças genuínas.

Nós lhe oferecemos todas as condições para que o seu caminhão ou ônibus Mercedes-Benz

continue sempre com a sua alta qualidade de fabricação. Em outras palavras, com a sua longa e econômica vida útil.

Antes e depois de comprar o seu Mercedes-Benz, converse conosco. Além dos bons serviços, nós lhe oferecemos também a nossa tradicional cortesia.



Mercedes-Benz

DIVEMO S/A Distribuidora Potiguar de Veículos e Motores

Matriz: BR-101, Km. 5 — Parque Vale do Pitimbu — Fones: 231-1355, 231-1356, 231-1359 e 231-1360 — Natal-RN

Filial: Av. Alexandrino de Alencar, 536 — Alecrim — Fone: 222-2822 — Natal-RN
Rua Cel. Gurgel, 372 — Fone: 321-1875 — Mossoró-RN

Participe conosco do desenvolvimento do nosso estado. Estamos empenhados neste trabalho há 46 anos.

MAIS DE 15 MIL ARTIGOS EM ESTOQUE.

— Consulte-nos pelo telefone.

— Solicite a presença do nosso vendedor.

— Use a contracapa do catálogo telefônico.

Galvão Mesquita Ferragens S/A
Supermercado da construção.

Casa Lux S/A
Material elétrico,
tintas e presentes.

6 LOJAS

Ribeira, Cidade, Barro Vermelho e Alecrim.

APESAR DA DESACELERAÇÃO, NÃO FALTAM OBRAS PARA AS CONSTRUTORAS DO RN

As declarações do ministro dos Transportes, Dirceu Nogueira, de que 1978 continuará sendo um ano de desaceleração na sua área, dispondo o Ministério de verbas suficientes apenas para obras consideradas prioritárias, deixam os dirigentes das grandes construtoras potiguaras com uma certa apreensão.

A razão disso é que, na sua maioria, essas empresas dependem essencialmente das obras públicas federais para trabalharem a pleno desempenho, principalmente no setor rodoviário.

O ANO DE 1977 — Apesar da difícil fase financeira atravessada em 1977, que de um modo geral atingiu todo o nosso sistema econômico, para as construtoras natalenses o ano foi bom, pois não faltaram contratos. Fernando Bezerra, diretor da ECOCIL - *Empresa de Construções Cívís Ltda.* - diz que a dinâmica operacional do INOCOOP—RN e da COHAB—RN, que construíram milhares de casas no período, foi o grande fator de equilíbrio para as construtoras, ou mais, foi o que salvou do caos algumas firmas.

Para a ECOCIL, o ano de 1977 foi marcado por uma série bastante extensa de obras de vulto, não apenas para o setor público, mas para o setor privado também. Entre outras, Fernando Bezerra cita a construção do edifício “Morada Rio-Mar”, na avenida Deodoro, em Natal, e construção de um conjunto de 644 casas para a CHESF, na cidade de Itaparica, na fronteira da Bahia com Pernambuco, obra no valor de Cr\$ 130 milhões.

A *Construtora Norte-Brasil* também teve em 1977 um bom exercício. José Aurélio Guedes, diretor da empresa, só tem uma coisa a lamentar: a demora verificada nos recebimentos contratuais. O mais importante trabalho da Norte-Brasil no ano que passou foi a construção de

um trecho de 48 quilômetros da rodovia BR—412, na Paraíba, obra no valor de Cr\$ 100 milhões e que está sendo entregue agora nestas próximas semanas.



Renato Gomes Soares

Para a EIT — *Empresa Industrial Técnica S/A* — “1977 foi um ano de muitos trabalhos e em todos eles a empresa se saiu muito bem”, conforme as palavras do diretor Renato Gomes Soares. O maior contrato executado pela EIT foi a barragem no rio Brumado, na Bahia, obra que atingiu a soma de Cr\$..... 240 milhões. Renato Gomes Soares, ressaltando que a especialidade da EIT são as obras rodoviárias, destaca outros contratos cumpridos no ano que passou: rodovia BR—407 trecho Itapetinga-Ilhéus, de 60 quilômetros, orçado em Cr\$ 210 milhões; trecho da rodovia que liga Maceió a Barra de São Miguel, numa extensão de 12 quilômetros obra de Cr\$ 70 milhões; estrada de contorno de Recife, no valor de Cr\$.. 91 milhões; estrada de contorno de Fortaleza, no valor de Cr\$ 177 milhões; e ainda a esplanada Alagoinhas-Salvador, contrato de Cr\$... 176 milhões. Tudo isto sem falar em muitas obras de menor valor.

FOI UM ANO BOM — Diz Renato Gomes Soares que a EIT teve um

volume muito expressivo de obras e, mais uma vez, a empresa soube manter a sua tradição de bem executar os trabalhos que lhe foram confiados, graças à grande estrutura que ela possui.

Henrique Gaspar, um dos diretores da *Construtora A. Gaspar Ltda.*, também recorda o ano passado como um período muito produtivo. A sua empresa, hoje com atuação em muitos Estados, construiu em Natal a obra que ela considera a mais importante: o conjunto de prédios residenciais “Chácara 402”, na avenida Deodoro, com 82 apartamentos de alto nível, obra que alcançou o custo de Cr\$ 67 milhões.



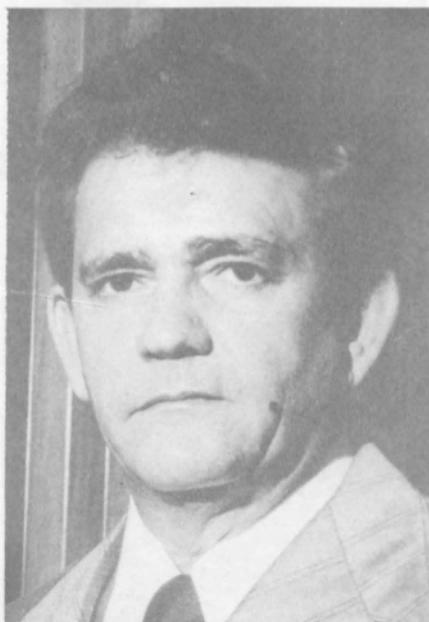
Henrique Gaspar

AS PERSPECTIVAS — O pronunciamento do ministro dos Transportes sobre a redução do volume de obras rodoviárias deixou algumas empreiteiras sem muita animação. É o caso da *Construtora Norte-Brasil*. O seu diretor José Aurélio Guedes afirma que não prevê para 1978 a execução de obras de grande vulto, ao mesmo tempo em que lamenta essa desaceleração que se anuncia.

A ECOCIL, como não atua no setor rodoviário, não se preocupa com o quadro traçado pelo ministro Dirceu Nogueira. Quer a ECOCIL dar ênfase a obras habitacionais e alguns dos seus planos já estão em plena execução: a construção de dois edifícios de apartamentos, cada um com 15 andares, nas ruas Potengi e Seridó, em Natal; outro edifício para fins comerciais no centro da cidade, entre as ruas José de Alencar e General Osório: 400 casas para os professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no bairro de Capim Macio.

Declara Fernando Bezerra que a ECOCIL começa 1978 com um total de obras contratadas que ultrapassa os Cr\$ 400 milhões, sendo que 90% dessas obras são no campo habitacional, financiadas pelo Banco Nacional da Habitação através da COHAB—RN e do INOCOOP—RN.

PROGRAMAS DA EIT — Um grande volume de obras está no programa da EIT para este ano. O presidente da empresa, José Nil-



José Nilson de Sá

son de Sá, afirma que este ano a EIT continuará dinamizando ainda mais o seu ritmo de trabalho. As maiores obras marcadas para 1978, além do término da barragem do rio Brumado, são: o anel viário de São Luiz, no Maranhão, obra no valor de Cr\$ 70 milhões; o trecho

de 44 quilômetros da rodovia Vitória da Conquista-Ilhéus, na Bahia, no valor de Cr\$ 85 milhões; o trevo de 20 quilômetros da rodovia BR—330, entre as cidades de Ubaitan e Ubaitaba, na Bahia, no valor de Cr\$ 115 milhões; o trecho da BR—405, entre Mossoró e Jucurí, com 17 quilômetros de extensão, obra orçada em Cr\$ 32 milhões; recapeamento da BR—304, trecho Riachuelo-Lages, no valor de Cr\$... 29 milhões.

Fora do setor rodoviário, a Empresa Industrial Técnica construirá casas. Ela já assinou um contrato com a COHAB—RN para a construção de 900 residências populares, obra da ordem de Cr\$ 40 milhões, ao mesmo tempo em que está construindo 600 casas na fazenda MAISA — Mossoró Agro-Industrial S/A, no valor de Cr\$ 50 milhões.

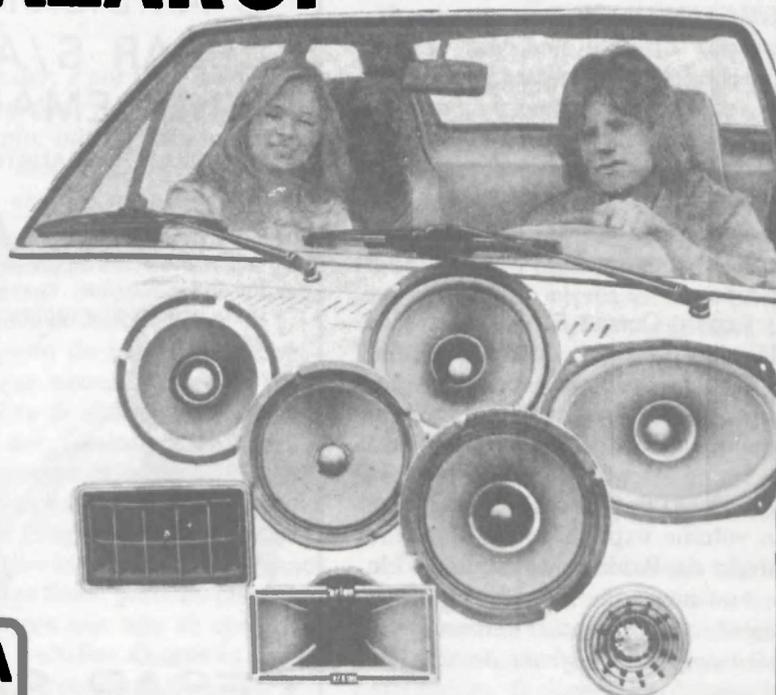
A. GASPAR ATUA FORA — Segundo o diretor Henrique Gaspar a Construtora A. Gaspar Ltda. já possui três grandes obras para o corrente ano. Em Recife, ela vai cumprir um contrato celebrado com o

O SOM DO SEU CARRO ESTÁ NA LÁZARO.

COM AMPLIFICADOR



AMPLICAR 1160
A TECNOLOGIA A SERVIÇO
DE SUA AUDIÇÃO.
E AUTO-FALANTES **AIRLEN**
A QUALIDADE QUE SE OUVE.



EQUIPADORA LÁZARO

O MÁXIMO EM ACESSÓRIOS.

Avenida Deodoro, 431 — telefone (DDD 0842) 222-0284
Natal-RN.

Comando do IV Exército, para construções na faixa dos Cr\$ 60 milhões. Em Belém, construirá 1.000 casas populares para a COHAB—PA, já tendo nesse sentido assinado um contrato de Cr\$ 98 milhões. A Construtora A. Gaspar construirá, ainda, 4 pontes ao longo da estrada Parana-guá-Curitiba, no Estado do Paraná, obras de grande importância para o governo federal, uma vez que esta estrada se destinará ao escoamento do trânsito através da barragem de Itaipu. Existem ainda muitas obras menores a serem executadas, entre as quais uma ponte sobre o rio Itapecuru, na BR—226 Estado do Maranhão, com 360 metros de vão, pelo sistema de balanços excessivos e com utilização de concreto protendido.

EFEITOS DA DESACELERAÇÃO — “Trabalhamos em inúmeras obras públicas em 1977, menos no setor rodoviário. Temos executado trabalhos de edificação e saneamento, principalmente na área do BNH”. É o que relata Fernando Bezerra, ao comentar os prováveis efeitos negativos da desaceleração prometida pelo ministro dos Transportes. Diz ele que, na verdade, somente as empreiteiras que se dedicam à construção de estradas e obras d’arte é que vão sentir os reflexos dessa posição do Ministério. Mas complementa sua declaração dizendo acreditar que o governo federal encontrará um meio de dinamizar setores paralelos que absorvam a capacidade das empresas por acaso prejudicadas com a diminuição do ritmo das obras rodoviárias no país. O mesmo raciocínio é externado por Henrique Gaspar.

Renato Gomes Soares diz que a EIT será atingida pela desaceleração. Mas, em compensação, ampliará sua área de atuação para compensar o faturamento que possa perder no setor de estradas. Tem ele a convicção de que a EIT conseguirá um volume expressivo de obras no Estado da Bahia, que segundo ele se encontra em franco desenvolvimento. “Lá — diz Renato — a nossa empresa desfruta de um con-ceito extraordinário”.

OBRAS NO RN — O secretário dos Transportes do Rio Grande



Carlos Leite de Sales

do Norte, Carlos Leite de Sales, confirma que o seu setor sofreu cortes drásticos nas suas verbas, o que originou alguns vexames. Acrescentou, todavia, que “a Secretaria dos Transportes tem um vasto programa de obras a ser cumprido este ano e se as firmas empreiteiras

quiserem acelerar suas atuações, basta que procurem o órgão, pois os trabalhos serão muitos”.

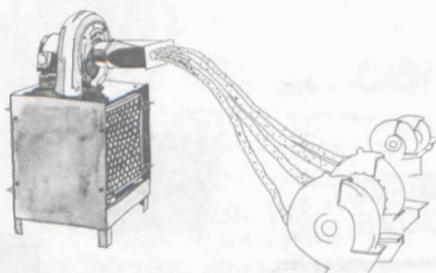
Segundo Carlos Leite de Sales, a Secretaria dos Transportes está programando para 1978 investimentos que quase atingem Cr\$ 1 bilhão. Desse total, Cr\$ 300 milhões serão aplicados num programa que objetiva completar a pavimentação de 500 quilômetros de estradas, dos quais 350 já foram implantados e mais 50 estarão concluídos até o final de março próximo. Também haverá recursos da ordem de Cr\$..... 350 milhões para aplicação em abastecimento d’água em várias cidades do Rio Grande do Norte, Cr\$ 250 milhões para investimento no sistema energético, Cr\$ 65 milhões para a construção do Terminal Rodoviário de Natal.

Para este ano ainda, espera o secretário dos Transportes alocação de mais Cr\$ 20 milhões para a sua pasta, que possibilitarão a construção de mais açudes, dos quais três já estão programados para as cidades de Marcelino Vieira, Luiz Gomes e Dr. Severiano, todas da zona Oeste.

VOCÊ JÁ PENSOU EM MELHORAR O AMBIENTE DE SUA EMPRESA? CÉSAR S/A RESOLVE ESSE PROBLEMA!

VENTILADOR-EXAUSTOR TUBO AXIAL

Modelo GEMA RAG — especialmente construído para renovação de ar, ventilação, exaustão de gases, fumaças, vapores etc.
Instalação fácil e rápida. Pronta entrega.



CONJUNTO CX
Coletor e Separador de Pó
Especialmente para captação de pó em máquinas do tipo retífica, esmeris etc.

CESAR S/A Comércio e Representações
RUA DR. BARATA, 209 — C. POSTAL, 71 — FONES: 222-0955 E 222-4754
NATAL-RN

PORTO DESAPARELHADO E INSEGURO É PROBLEMA PARA O COMÉRCIO DE NATAL

Ainda que a Administração sustente a tese de que o porto de Natal está estruturado para atender às necessidades do seu reduzido movimento, existe no meio das empresas locais que utilizam o transporte marítimo um grande descontentamento pelos problemas que o decadente porto tem lhes acarretado ultimamente.

O almirante Alcio Poggi de Figueiredo, administrador do porto, afirma que não se justifica investir em reformas e melhoria, pois o movimento portuário é tão diminuto que nem a longo prazo esse investimento se pagaria. Portanto, o porto permanece nas péssimas condições de sempre, possivelmente à espera de que algum dia haja maior número de operações.

SENTINDO NA PELE — Para as empresas natalenses que são forçadas a utilizar o porto para recebimento de suas mercadorias, o drama da falta de estrutura e até de segurança do nosso porto é cada vez mais sentido. Firms como *Queiroz Oliveira Material para Construção Ltda., Importadora Comercial de Madeiras — Armazém Pará, A Sistemática, Tinoco & Fernandes, Castro Materiais para Construção, Supermercado Nordesteão Ltda.* e várias outras, vêm sentindo na pele os prejuízos e os aborrecimentos que o porto lhes acarreta.

"Não se pode culpar exclusivamente a Administração do Porto, pela situação atual" — afirma Luiz Arnaldo, do *Armazém Pará*. O problema parece ter origem em escalões mais altos, pois hoje existe uma entidade de âmbito nacional — a **POR-TOBRÁS** — que é quem decide e comanda toda a política portuária, ficando na dependência da sua aprovação prévia qualquer projeto de melhoria em qualquer porto do país. Continua Luiz Arnaldo: "As máquinas existentes no porto de Natal são antigas, superadas, já deram o que



O porto vai de mal a pior

tenham de dar, e por isso vivem sempre quebradas. As empilhadeiras, por exemplo, indispensáveis ao trabalho de desembarque e armazenamento, estão constantemente paradas por falta de peças, em sua maioria de difícil aquisição, pois muitas dessas máquinas já devem até estar fora de linha".

A respeito de máquinas, a opinião dos que necessitam delas para as operações de descarga é uma só: precisam ser totalmente substituídas; não servem mais. Das 15 empilhadeiras, apenas cinco funcionam, e de forma irregular. Com o detalhe de que algumas dessas cinco quase todos os dias ficam paradas por falta de operadores que não se apresentam para o trabalho. Ocorre às vezes que um ou outro operador passa semanas sem comparecer ao porto, e nem por isso é despedido, pois não existe outro para tomar o seu lugar.

CADA DIA MAIS DIFÍCIL — Para Pedro Lima, homem vivido nas docas e acostumado há alguns anos com o vai e vem de navios em Natal, o porto hoje em dia não tem mais nada, falta tudo: máquinas e homens. Cada dia que passa mais difícil se torna receber mercadorias vindas de outros centros para nossa cidade. Para descarregar um navio, a demora não é tanta; mas depois que a mercadoria está no armazém, aí é que começa o drama e a demora se acentua, levando-se às vezes 30 ou 40 dias para escoá-la para as firmas solicitantes.

Dois sindicatos atuam nos trabalhos portuários. Um controla os homens que trabalham no descarregamento dos navios — o Sindicato dos Estivadores. O outro (que no entender de todos, é um dos responsáveis diretos pela demora no escoamento das mercadorias) mantém o contro-

le dos homens que atuam carregando as mercadorias dos armazéns para os transportes — o Sindicato dos Portuários. Contando com efetivos inexpressivos, esses dois sindicatos não cumprem a sua finalidade, notadamente o dos Portuários, cuja direção não tem se preocupado com o problema, nem tentou até agora encontrar uma forma de dar melhor atendimento às empresas que precisam dos serviços dos seus associados.

Essa pobreza de meios e a desorganização prejudicam, principalmente, as firmas locais que importam madeiras da região Norte, que não podendo apelar para outros meios de transporte são obrigadas a arcar com problemas e prejuízos no porto de Natal.

SÓ PROBLEMAS — A Administração do Porto vive dias amargos. Os problemas se avolumam. Um porto que para poder atender suas necessidades burocráticas precisaria contar com pelo menos 50 funcionários, dispõe no momento de apenas 10, alguns dos quais — pela experiência que possuem e pela boa vontade — prestam serviços em três ou quatro funções, para que as coisas não se compliquem ainda mais.

Para se ter uma amostra exata do problema da falta de pessoal, basta repetir as palavras de um dos nossos agentes aduaneiros:

“Na Administração do Porto de Natal falta até quem receba dinheiro”.

E explica sua afirmação:

“Uma operação que em outros portos é feita costumeiramente na mesma hora em que o navio acaba de descarregar a mercadoria, ou seja, o pagamento das despesas de descarga à Administração do Porto pelo agente aduaneiro, essa operação em Natal às vezes só é feita 20 dias depois, ainda assim pela insistência do agente em querer quitar o seu débito”.

Uma função de importância fundamental em qualquer porto é a de conferente, e isto praticamente não existe aqui. E os que usam este título — segundo os compradores de madeiras — nada conferem e somente trazem ocasionais prejuízos.

Outra crítica dos empresários é dirigida à falta de segurança. Dizem

que no porto de Natal a “*entrada é franca*”. Essa falta de segurança tem proporcionado facilidade à ação de ladrões. Estranham os empresários que aqui não se coloque em prática uma coisa que é comum na maioria dos portos de qualquer parte do mundo: a exigência de identificação para que alguém seja autorizado a ingressar nas dependências portuárias.

CASOS DE ROUBO — O desaparecimento de mercadorias das plataformas e dos armazéns já se tornou fato comum, sem que se tome nenhuma providência. Recentemente, um dos diretores dos *Supermercados Nordeste*, José Geraldo de Medeiros, reclamou à Administração do Porto o roubo de muitos sacos de arroz. Esse arroz, após ser retirado do navio, foi devidamente contado e levado para os armazéns. Quando a firma providenciou o seu transporte para seus próprios depósitos, constatou na recontagem a falta de muitos sacos.

Este não é um caso isolado, segundo os portuários. Vez por outra, quando as empresas fecham questão em torno do recebimento integral das mercadorias, a própria Administração do Porto tem indenizado os prejuízos.

No descarregamento de madeiras, um fato merece ser citado: se não vierem amarradas em lotes, o prejuízo é grande. Quando as tábuas vêm soltas, um terço delas desaparece misteriosamente. Dias atrás, as firmas *Queiroz Oliveira e Armazém Pará* contrataram por sua conta guardas da EMSERV para garantirem suas mercadorias nos armazéns do porto. Como a medida deu resultado positivo, certamente continuará sendo posta em prática até por outras empresas.

SOLUÇÕES QUANDO? — “*Realmente, a situação do porto de Natal não é boa*” — declara Wellington Lucena, presidente da ADMAC — *Associação dos Distribuidores de Materiais de Construção do Rio Grande do Norte*. Conta ele:

“Fui em companhia do assessor jurídico da ADMAC falar com o almirante Alcio Poggi de Figueiredo, tentando discutir com ele uma solução para alguns dos problemas



Wellington Lucena

do porto. Ele nos contou das dificuldades que vem enfrentando, pela falta de empregados em número suficiente para as exigências do órgão”.

Disse ainda o administrador que a PORTOBRÁS já está ciente de tudo o que está ocorrendo aqui, de forma que ele aguarda apenas a determinação de providências para que possa resolver os problemas.

COMEÇAR DE NOVO — No entender de um empresário que utiliza o porto, o que se precisa fazer é começar tudo de novo, pois quase nada se aproveita do porto atual.

Não basta o trabalho anônimo de abnegados como Raimundo Antunes, um homem simples que apesar de ter se aposentado recentemente, continua trabalhando, pois ainda não se conseguiu quem o substitua nos cargos de chefe, fiel, conferente, fiscal, vigilante, e outros, de acordo com as necessidades.

Acham os empresários que importam madeiras que se devia fazer um apelo à bancada do Rio Grande do Norte no Congresso Nacional, para que ela inicie um movimento em favor de uma solução definitiva para o nosso problema.

Depois do relato desse caos que é o porto de Natal, vale a pena registrar a resposta do estivador Pedro Firmino à pergunta sobre o que ele tinha a dizer sobre o seu local de trabalho:

“O nosso porto é ruim até no aspecto — sujo e feio”.

**OBRIGAÇÕES FISCAIS
E TRABALHISTAS**

Em março próximo, as empresas terão as seguintes obrigações fiscais e trabalhistas:

dia 15 — último prazo para a entrega das relações dos empregados admitidos e afastados no último ano. Local de entrega: **Delegacia do Ministério do Trabalho**;

dias 15 a 30 — prazo para recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

dia 31 — último prazo para recolhimento das seguintes obrigações: **Imposto de Renda** retido na fonte, **INPS**, **PIS**, **IPI** e **Contribuição Sindical** (retenção). Este também é o último dia para a entrega de cópia autenticada de **Registros Contábeis** ao **INPS**.

**BENEFÍCIOS PARA
MUTUÁRIOS DO SFH**

Os mutuários do **Sistema Financeiro da Habitação**, ou seja, aqueles que possuem imóveis financiados pelo **BNH**, gozarão, a título de benefício fiscal, no exercício de 1978 (como ressarcimento de encargos financeiros), de um crédito de 12% do valor total das prestações pagas no ano de 1977, excluídos desses pagamentos as liquidações antecipadas e amortizações extraordinárias, bem como multas contratuais, juros de mora e quaisquer outros valores que não constituam encargos para a aquisição da casa própria.

Apenas as pessoas físicas, mutuárias do **SFH**, que tenham pago pelo menos uma prestação no ano base de 1978, terão direito ao benefício, que entretanto não poderá ser superior a **Cr\$ 6.000,00** nem inferior a **Cr\$ 900,00**. Haverá necessidade de preencher um formulário próprio, aprovado pela **Receita Federal**, para fazer jus ao crédito.

**PREENCHIMENTO DA
GIA — CUIDADOS**

Ao preencher a **Guia de Informação e Apuração do ICM**, o contribuinte deverá adotar todas as precauções, evitando qualquer erro ou omissão nos dados identificadores do declarante e nas informações constantes dos livros.

Todo cuidado deve ser tomado, pois se a **GIA** for entregue com erro ou omissão do número de inscrição estadual, o processamento eletrônico rejeitará o documento e este passará a ser incluído na lista dos omissos, acarretando as medidas normais de fiscalização.

MUDANÇAS NO ISS

A **Secretaria das Finanças do município** de Natal fixou os seguintes valores e prazos para recolhimento do **ISS** no presente exercício:

1) os profissionais autônomos de nível universitário (médicos, dentistas, advogados, engenheiros, etc) pagarão **Cr\$ 1.000,00**, em duas parcelas, vencíveis em 31 de março próximo e em 30 de setembro;

2) os profissionais de nível médio (técnicos, ou profissionais barbeiros, cabeleireiros, motoristas, etc) pagarão **Cr\$ 600,00**, também em duas parcelas, nos mesmos vencimentos;

3) para as empresas prestadoras de serviços, a data para recolhimento será o **dia 25 do mês subsequente ao fato gerador**, diferente do que ocorria em 1977, quando este recolhimento era feito no dia 30;

4) as alíquotas permanecerão as mesmas do último exercício, havendo porém ligeira alteração no tributo que tiver como ponto de referência para a sua apuração a **Unidade Fiscal**, já que esta passa a ser **Cr\$ 800,00**;

5) uma alteração importante em 1978 diz respeito ao vencimento da **Taxa de Licença para Localização e Funcionamento**, que nos exercícios anteriores era em **31 de março** e foi antecipada para **28 de fevereiro**. Todos os estabelecimentos comerciais e industriais do município estão obrigados ao pagamento desta taxa, independentemente de serem contribuintes do **ISS**.

**NOVO MODELO
DE DOCUMENTO**

A **portaria 3.570**, assinado pelo ministro do Trabalho, aprova o novo modelo da **Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical**, que já entrou em vigor facultativamente, sendo ainda permitida a utilização do modelo antigo até 31 de dezembro próximo, quando a nova guia será de uso obrigatório.

**LICITAÇÃO NA
COHAB—RN**

Até o dia 3 de março a **Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte — COHAB—RN**, estará recebendo propostas de firmas interessadas em participar da concorrência pública para construção de 2.200 casas, obra estimada em **Cr\$ 94.455.587,00**.

**PRORROGADO PRAZO
DE INCENTIVOS À
PESCA**

O **Decreto-lei n° 1.594** prorrogou até o exercício de 1982 o prazo para utilização de incentivos à pesca, inclusive os fiscais, previstos no **Decreto-lei 221**, de 28.02.67, que são: a) isenção dos impostos de importação, sobre produtos industrializados, de renda e de quaisquer outras taxas aduaneiras e mesmo taxas federais para importação de embarcações de pesca, equipamentos, máquinas, aparelhos e sobressalentes, ferramentas, dispositivos destinados a incrementar o desenvolvimento da pesca, quando efetuada por pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado pela **SUDEPE**; b) isenção de quaisquer taxas e impostos para o pescado industrializado ou não no país e destinado ao consumo interno ou à exportação; c) isenção do Imposto de Renda de quaisquer adicionais a que estiverem sujeitas pessoas jurídicas que exerçam atividades pesqueiras com planos aprovados pela **SUDEPE**; e d) dedução no Imposto de Renda de seus adicionais, até o máximo de 25%, do valor do imposto devido por pessoas jurídicas para inversão em projetos de pesca aprovados pela **SUDEPE**.

**ACONDICIONAMENTO DE
AÇÚCAR — SAFRA 79/80**

Segundo a **resolução n°3**, o Conselho Deliberativo do **IAA** especifica que, a partir da safra 79/80, o açúcar produzido pelas usinas nacionais, destinado ao abastecimento do mercado interno ou mesmo para exportação, terá de ser acondicionado em sacos de 50 quilos, líquidos. A requerimento do interessado, o **IAA**, se achar conveniente, poderá autorizar o acondicionamento em pacotes de peso inferior, desde que formem fardos de no mínimo 25 quilos. O saco a ser usado pelo açúcar terá de ser de algodão ou juta.

**PREÇO FÁBRICA
E PREÇO CONSUMIDOR**

Conforme a **resolução n° 16**, do **CONAB**, em vigor desde 1° de janeiro do corrente, fica instituído no país o **preço fábrica** e o **preço consumidor**, como preços máximos de venda para comercialização de produtos farmacêuticos de uso humano, veterinário e dietético. O **preço fábrica** é aquele autorizado pelo **CIP**, como preço máximo de venda pelo fabricante, já incluído o **IPI**. O **preço consumidor** é fixado por portaria do **Conselho Nacional de Abastecimento**, como o preço máximo de venda ao consumidor.

COM IRRIGAÇÃO E TÉCNICA TUDO SERIA DIFERENTE

“Fala-se muito das secas no Rio Grande do Norte. Todos conhecem profundamente as dificuldades vividas pelos agricultores por conta da quase constante falta de chuvas. Mas, para mim, tudo isso poderia se transformar em coisa do passado se se aplicasse a tecnologia para resolver o problema. A irrigação é perfeitamente possível e traria a riqueza para os nossos campos”.

Estas foram as palavras iniciais do agrônomo David Edwin Knoll, norte-americano residente há cerca de dez anos no Rio Grande do Norte, ao ser indagado sobre problemas da nossa agricultura. Casado com uma potiguar, e, hoje, perfeitamente entrosado com a realidade local, pois aqui vive, trabalha e pretende se radicar, David Knoll realiza, por conta própria, uma série de bem sucedidas experiências agrícolas no vale do Açu, pondo em prática o que aprendeu no seu curso de agronomia nos Estados Unidos. Ele tem idéias claras e corajosas acerca dos problemas do meio rural nordestino e nesta reportagem ele as expõe, chegando a sugerir soluções para a grande crise que comanda o quadro geral da agricultura do Estado.

A VINDA AO BRASIL — David Knoll veio para o Brasil por volta de 1968, como técnico contratado pelo “Projeto RITA”, um programa de colaboração entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Universidade do Estado de Utah (EUA). Como agrônomo, ele veio para se estabelecer na cidade de Açu, onde daria assistência a uma pequena indústria de doces — a INDASA, que tencionava manter uma plantação de goiabeiras e bananeiras para abastecer-se de matéria-prima.

“Infelizmente — diz o agrônomo — o projeto dessa indústria encontrou dificuldades junto à SUDENE, até porque tinha várias falhas, como uma decorrência do fato de ter sido

elaborado por técnicos trancados dentro de uma sala, sem um bom conhecimento da realidade daquela região. Faltou alguém com influência que tentasse eliminar as barreiras para a aprovação do projeto, providenciando o conserto das falhas, para que a indústria chegasse a ser implantada. Quando eu senti que ninguém se interessava, vi que não podia continuar o meu trabalho e pedi demissão. Depois disso, o projeto foi definitivamente abandonado”.



David Edwin Knoll

A CRIAÇÃO DE UM KIBUTZ — Desvinculado do “Projeto RITA”, David Knoll resolveu trabalhar por conta própria, pois sentiu desde logo a potencialidade da região para a agricultura. No município de Ipananguçu, ele arrendou uma pequena propriedade rural onde deu início a uma pesquisa sobre variedades agrícolas adaptáveis àquelas terras. Nessa fase, optou pelo cultivo do tomate com ótimos resultados. Voltou,

então, para Açu decidido a colocar em prática uma idéia audaciosa: construir um kibutz.

“Eu sempre tive uma grande admiração pelo kibutz (tipo de cooperativa agrícola de grande uso em Israel). Reuni 18 trabalhadores e comecei com eles a experiência. Mas não obtive os efeitos que esperava, pois faltava cultura aos trabalhadores na sua maioria. Por conta disso, havia uma desconfiança muito grande de um para com outro, o que me forçou a abandonar a idéia”.

FALTA EDUCAÇÃO DE BASE

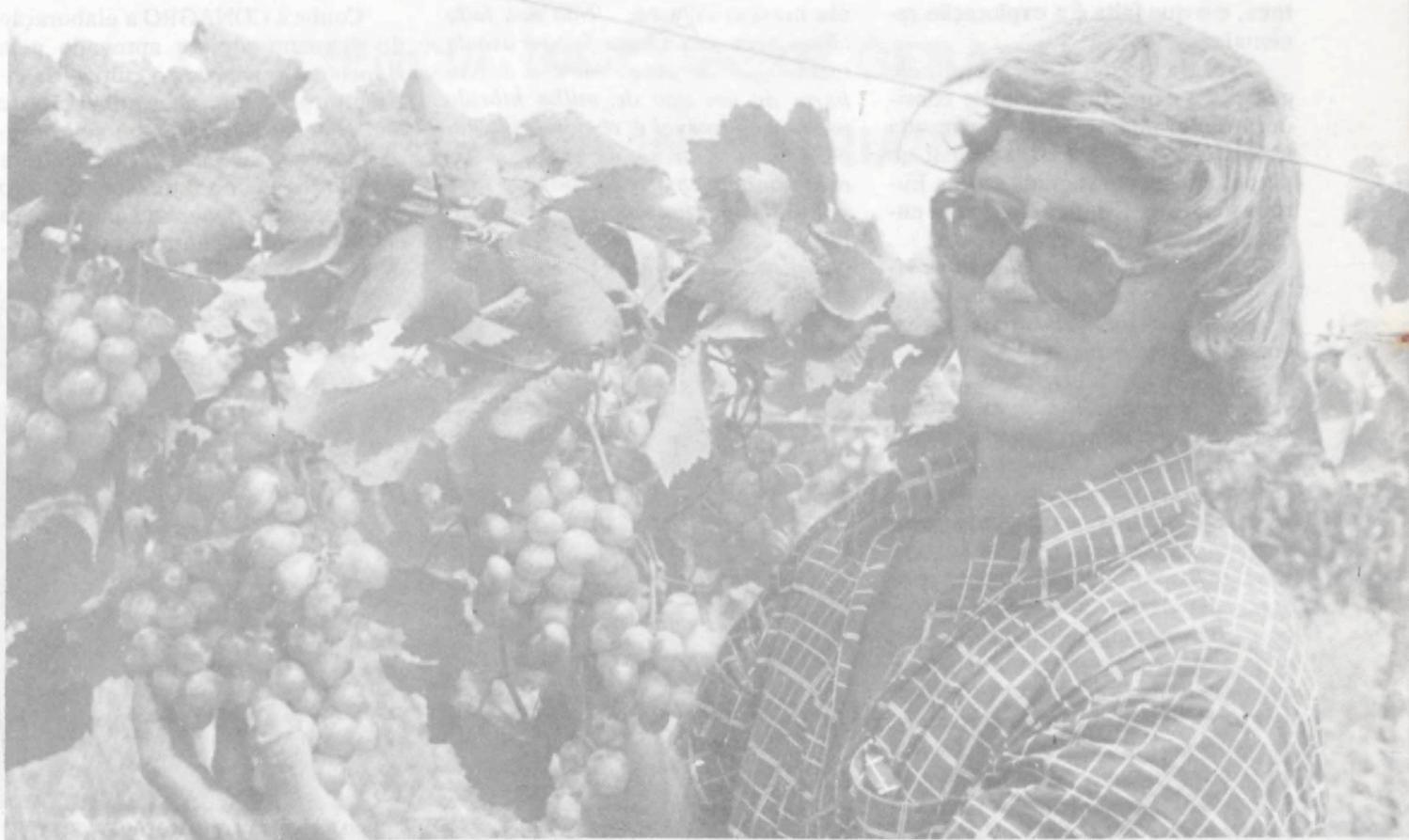
— Depois do fracasso do seu kibutz, David Knoll resolveu trabalhar sozinho, continuando com o cultivo de tomate no município de Carnaubais. Com o resultado do seu trabalho, partiu então para comprar sua própria fazenda, escolhendo uma pequena área de 90 hectares a dois quilômetros da cidade de Açu, onde ainda hoje continua.

Nas suas observações, ele enumera como um problema muito sério o total despreparo do agricultor. Diz David:

“Ao agricultor falta a educação de base, o ensino teórico por parte de quem realmente saiba ensinar. Esse ensino deve ser ministrado de tal forma que o agricultor possa aplicá-lo em termos práticos em favor da melhoria da qualidade do seu padrão de vida”.

Acha ele que, mais importante do que implantar projetos monumentais, à custa de investimentos altíssimos, seria mais importante preparar o agricultor para usar melhor a terra a fim de que ele possa ter lucros a curto prazo, pois ele não pode esperar pelos resultados de um projeto que só aparecerão num prazo muito longo.

Nesse sentido, David Knoll reconhece que existe um bom trabalho: a EMATER vem tentando atuar dentro de uma diretriz em que a figura principal é o agricultor, a quem o órgão está destinando grande atenção,



David cultiva uvas moscatel no vale do Açu com muito êxito

procurando prepará-lo para um trabalho mais racional e compensador.

“É preciso convencer o homem do campo, fazê-lo entender que precisa de ajuda, não apenas financeira, mas essencialmente de ajuda técnica” — declara David. “É preciso acabar com o paternalismo, para que o agricultor deixe de pensar unicamente pela cabeça do patrão. Sabemos que para o homem do campo, o patrão, o homem que lhe fornece dinheiro, é tudo. É ele quem resolve tudo; quem diz quando, como, onde e o que se vai plantar. Nestas condições, o agricultor não raciocina, o patrão é quem raciocina por ele. Enquanto essa situação não se modificar, não haverá transformação alguma na agricultura. E não existe prova maior do que estou afirmando, do que a verificação do baixo padrão de vida em que vive a quase totalidade dos nossos agricultores”.

A IRRIGAÇÃO — David Knoll vê como indispensável a utilização da irrigação na agricultura do Rio Grande do Norte. Ele afirma que, embora custe caro irrigar, as despesas com essa melhoria logo se pagam. E enfatiza:

“Quem trabalha com a irrigação não vive à mercê da chuva; tem certeza de que vai colher na época certa o que plantou; enquanto que o agricultor que confia na chuva jamais poderá saber se vai ter ou não boa colheita”.

A propósito de irrigação, existe hoje no vale do Açu uma preocupação generalizada entre os agricultores. Eles esperam uma definição do Governo acerca da implantação do projeto de irrigação naquela área, pelo DNOCS. O problema é que não se sabe quando será executado esse projeto. Por isso, todos temem investir nas suas terras, pois elas poderão de uma hora para outra ser desapropriadas. O próprio Banco do Brasil já fechou a linha de crédito para financiamento de benfeitorias, emprestando aos agricultores dinheiro apenas para custeio. Assim, está praticamente paralisada a atividade agrícola em boa parte do vale.

O QUE É PRECISO FAZER — Indagado sobre que sugestões daria, como técnico, para mudar a situação dos nossos campos, David Knoll pensou um pouco e respondeu:

‘Eu diria que, em resumo, precisaríamos de três coisas: 1) criar um sistema de pesquisas agrícolas voltado para o desenvolvimento de novas culturas, descobrindo as mais rentáveis para a região; 2) criar nas diversas regiões do Estado campos de demonstração, que contem com a presença direta de agrônomos à frente do trabalho, acabando-se com a figura do “agrônomo do asfalto”, que faz projetos mas não se dá ao trabalho de ver no local o resultado obtido; 3) criar uma estrutura de comercialização de produtos agrícolas que trabalhe com criatividade e sensibilidade, descobrindo as muitas oportunidades existentes no mercado nacional e internacional. Aqui, convém uma explicação: existem produtos que temos condições de produzir para exportação, como a banana, o mamão e a uva; e se não os produzimos aqui é por falta de outras condições que não são nem o solo nem o clima, que por sinal somente nos favorecem”.

POTENCIALIDADE — As potencialidades da agricultura do Rio Grande do Norte, no entender do técnico norte-americano, são enor-

mes, e o que falta é a exploração racional.

Procurando um mapa mundi, ele começa a expor fatos que ele considera muito importantes. Mostrando a posição do Nordeste do Brasil no mapa, aponta em seguida para a Europa e para os Estados Unidos, e então declara:

“Nós somos uns privilegiados vivendo aqui no Nordeste, pois estamos milhares de milhas mais próximos dos grandes mercados consumidores de produtos agrícolas. Tome-mos como exemplo a banana, que tem como maior mercado produtor a América Central. A Europa consome enormes quantidades de banana de lá e está sempre procurando comprar mais. Se produzíssemos banana aqui, teríamos uma substancial vantagem para exportar para a Europa, pois estamos mais perto e fatalmente ganharíamos a corrida. A uva é outro exemplo. Podemos produzir uva de primeira qualidade aqui, superando mesmo tradicionais produtores do país, como o Rio Grande do Sul e São Paulo, até mesmo em quantidade. Nossas condições de clima possibilitam a obtenção de duas safras de uva por ano, o que é impossível em quase todo o mundo. Detalhando ainda mais, podemos afirmar que a uva produzida aqui conseguiria preços excelentes do mercado internacional, pois nossas colheitas ocorreriam exatamente na entre-safra da Europa e mesmo do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Enquanto a safra na Europa termina em outubro, a nossa começaria em novembro, e nós venderíamos nossa produção na época de maior procura: o fim do ano”.

NOVAS CULTURAS — Para David Knoll, o Rio Grande do Norte pode alcançar ótima produção de quase todas as espécies de frutas tropicais, de hortaliças e de cereais, tudo isso sem as limitações das regiões de clima temperado. O que falta é fazer experiências, encontrar as variedades certas, testar aquilo que daria melhor rentabilidade para nós.

“Enquanto na Califórnia (EUA) se obtém uma produção de 8 mil quilos de milho por hectare, aqui no Nordeste brasileiro conseguimos apenas mil e quinhentos quilos. O que nos falta para aumentar nossa produção?” — pergunta David. E

ele mesmo informa: *“Não nos falta clima nem solo. O que falta é uso de tecnologia, de pesquisa, é a descoberta de um tipo de milho híbrido melhor adaptável à região. Não tenho a menor dúvida de que poderíamos também chegar à produção de 8 mil quilos por hectare, como na Califórnia”.*



Utilizando a técnica e a irrigação, tudo rende

O QUE FAZ DAVID — O agrônomo David Knoll faz todas essas considerações com a autoridade de quem estuda, transmite e pratica o que diz. Na sua propriedade, a Fazenda São João, de 90 hectares (30 dos quais irrigados), ele produz banana, goiaba, limão, tomate, repolho, melão japonês e uva moscatel, vendendo sua produção no Rio Grande do Norte e nos Estados vizinhos. Antes dele, ninguém no vale do Açu acreditava na potencialidade da terra, mas agora todos sabem do que a terra é capaz com o uso da irrigação, dos adubos, dos defensivos e da pesquisa.

Ele, porém, não se limita a cuidar da sua fazenda. Em virtude de estar sendo constantemente procurado para prestar serviços de apoio técnico a agricultores do Estado que começam a acreditar nas potencialidades da atividade agrícola local, David Knoll criou uma empresa de consultoria, elaboração e acompanhamento de projetos para a agricultura: a CONAGRO, que funciona na rua Ulisses Caldas, em Natal, no mesmo endereço onde a esposa dele, a dentista Aline Maria Madruga Knoll, mantém seu consultório.

Coube à CONAGRO a elaboração do primeiro projeto aprovado pelo Banco do Brasil para o cultivo da citricultura no RN, pela utilização de “mudas certificadas”, ou seja, mudas isentas de vírus. A citricultura será praticada no município de Alto do Rodrigues, devendo sua primeira colheita ocorrer dentro de três anos.

Através desse projeto, o Estado deverá libertar-se da importação de laranjas de Sergipe, Pernambuco e Paraíba.

Concluindo suas declarações a RN-ECONÔMICO, David Knoll se mostra um entusiasmado pelo futuro agrícola do Rio Grande do Norte:

“Confio muito no que poderá ser feito em benefício da agricultura do nosso Estado, tomando como exemplo o que venho conseguindo na minha fazenda”.

E prossegue:

“Não se pode mais pensar em manter certas culturas tradicionais, fazer plantações daquilo que não vai dar rendimento, daquilo que já existe abundantemente no mercado, sofrendo conseqüentemente os efeitos negativos da lei da oferta e da procura, que avilta os preços dos produtos, na hora da colheita. É preciso pensar muito no homem, fazendo com que ele tenha lucros com o seu trabalho, confiança na sua capacidade de gerar riquezas. Não devemos seguir o tradicionalismo, que tem sido a causa maior do empobrecimento do agricultor; devemos, isto sim, procurar novos meios que possam ajudar a recuperar o tempo perdido”.

DEFICIÊNCIA DA COSERN GERA ALTO PREJUÍZO PARA INDÚSTRIAS DO RN

Ao que tudo indica, a falta de planejamento ou algum erro no dimensionamento do mercado consumidor, estão criando uma situação cada dia mais difícil para a indústria do Rio Grande do Norte, em face dos constantes prejuízos. A COSERN — *Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte* — não possui hoje capacidade para atender as necessidades de energia elétrica da capital do Estado. Para evitar o colapso, a empresa estatal está impondo à cidade um enervante “corta-corta”, como a população está chamando a operação de ligeiras interrupções no fornecimento de eletricidade, em pontos diversos de Natal, várias vezes ao dia.

A maior preocupação dos empresários decorre do fato de que estes cortes de energia acontecem, em noventa por cento dos casos, sem nenhum aviso prévio da parte da concessionária do serviço público, deixando as empresas (principalmente as indústrias) sem condições de cumprir os seus programas de produção. Os prejuízos são visíveis e elevados, pois são repetidos os casos em que a falta de eletricidade se estende por três ou quatro horas, enquanto que a média do tempo semanal de interrupção varia geralmente entre 5 a 10 horas, somadas as diversas vezes em que ela ocorre.

EXPLICA MAS NÃO JUSTIFICA — Anunciando que a COSERN investirá no decorrer de 1978 cerca de Cr\$ 240 milhões na melhoria do sistema de abastecimento de eletricidade do Estado, Getúlio Alves da Nóbrega — diretor-presidente da companhia de economia mista — não nega o problema nem tenta escondê-lo. Apenas explica as suas causas. Diz ele que o que mais afeta a normalidade do fornecimento de energia em Natal é o fato da subestação do bairro do Bom Pastor, única da cidade, suportar a saída de sete linhas de alta tensão que alimentam todo o sis-

tema elétrico, linhas estas que crescem muito além das recomendações técnicas devido ao rápido crescimento urbano, que não foi previsto em administrações passadas. Assim, essas linhas estão sobrecarregadas e uma solução definitiva para o problema só sucederá quando da implantação de novas subestações, coisa que a COSERN já cuida de fazer.



Getúlio Alves da Nóbrega

Além dos problemas enfrentados com a sobrecarga, outros problemas infernizam a vida da COSERN, que não pára de receber reclamações de toda parte. Entre tais problemas, existe um inusitado: quase diariamente um poste que sustenta a rede elétrica é derrubado em acidentes de automóveis, havendo épocas em que se registra uma média de até dois postes danificados, por dia. Outras causas do mal serviço da COSERN: queda de corrente nas linhas transmissoras da CHESF, atos de vandalismo contra os protetores dos transformadores das linhas de alta tensão praticados por pessoas até hoje não identificadas, etc. Com esses fatos, a direção da empresa explica o “corta-corta”, mas não chega a sugerir nenhuma forma de compensação para os prejuízos dos usuários.

Apesar de tudo, Getúlio Nóbrega ainda mantém algum otimismo e espera colocar em ação, dentro do mais curto espaço de tempo (sem precisar a data) a subestação do bairro de Neópolis, em Natal, com o que será obtida, de imediato, a redução da carga da subestação do Bom Pastor. Esta providência beneficiará uma das áreas hoje mais sacrificadas: os bairros de Lagoa Nova, Morro Branco, Boa Sorte e Campus Universitário, onde se localizam dezenas de indústrias de médio e grande porte, como a *Fiação Borborema*, a *Soriedem S/A Confecções*, *T. Barreto Comércio e Indústria S/A*, *Confecções Alpagatas do Nordeste S/A*, entre outras.



A COSERN serve muito mal

OS PREJUÍZOS SÃO ALTOS —

Mas, se as promessas da COSERN já estão feitas e os seus dirigentes falam em termos de futuro, os empresários do Rio Grande do Norte (pois o problema não pertence só a Natal, mas se prolonga até Mossoró, Caicó, Macau e outras cidades) se preocupam com a atualidade, pois algumas indústrias já chegaram (dia 10 de fevereiro último) a dispensar os seus empregados do expediente.

Enquanto lamentam essa situação, os empresários perguntam até quando isso vai continuar. E fazem um veemente apelo à COSERN para que, pelo menos, mantenha avisos na imprensa acerca dos cortes.

Embora se afirme que o saturamento das linhas acontece principalmente por conta da implantação de novas indústrias e da construção de muitos conjuntos residenciais, segundo diz a COSERN, nem por isso os bairros mais antigos, como a Ribeira, estão em situação melhor do que os outros. E quem mais sofre com isso é a indústria de pesca, sediada neste bairro. Elas são obrigadas a diminuir sua produção pelas dificuldades criadas ao seu armazenamento em câmaras frigoríficas. Com a falta de energia, as câmaras não podem ser abertas, sob pena de se perder o produto anteriormente estocado.

Para os dirigentes das companhias de pesca SUAPE (Jurandir de Souza) e da EMPESCA (Carlos Marcelo Carvalho), o problema é mais sério do que se pode imaginar, pois quando acontece a interrupção de energia as empresas são forçadas a paralisar totalmente suas atividades. E este fenômeno tem acontecido quase que diariamente. Dizem eles ainda que até mesmo os embarques de lagosta e peixe têm sido suspensos. Ocorrendo o "corta-corta" num dia em que existe a presença em Natal de algum navio ou carrofrigorífico, é preferível perder o meio de transporte do que abrir as câmaras de armazenamento, pois aí o prejuízo seria ainda maior.

Outra atividade industrial altamente prejudicada é a impressão de jornais. A *Editora Tribuna do Norte S/A* atrasa com frequência a sua circulação, sofrendo assim uma redução acentuada na sua receita, pois jornal que circula tarde vende pouco. Para José Gobat Alves, o pro-



A indústria lagosteira é das mais prejudicadas

blema tem de ser analisado seriamente e procurada uma solução urgente. O que não pode — diz ele — é continuarmos suportando os prejuízos. Explicando melhor o problema causado pelo "corta-corta", José Gobat mostra que algumas máquinas, como as linotipos, usadas na composição do jornal, demoram quase duas horas para derreterem o chumbo, para só aí começarem a operar. Quando falta energia, é quase certo o atraso na circulação do jornal, principalmente no interior do Estado.

QUEM LUCRA? —

Enquanto as indústrias têm prejuízos elevados e os usuários comuns dos serviços elétricos padecem os seguidos aborrecimentos de não poder assistir seus programas preferidos na televisão, ou de ver os gêneros alimentícios se estragando por falta de geladeira, há quem esteja lucrando com a crise. São as oficinas de consertos de aparelhos elétricos.

Com o "corta-corta" as moto-bombas, as geladeiras, os televisores, os aparelhos de ar condicionado estão sempre em pane.

A MELHOR MANEIRA DE SE COMUNICAR INTERNA E EXTERNAMENTE.

O grupo executivo GTE é um sistema que chegou para revolucionar a comunicação interna e externa de casas ou apartamentos, de maneira fácil, rápida e econômica. Possui capacidade para 2 linhas externas e mais 10 ramais. Pense nesta moderna solução e procure César S/A. Você vai preencher um item muito importante em sua vida: a comunicação.



CÉSAR S/A Comércio e Representações

RUA DR. BARATA, 209 — C. POSTAL, 71 — FONES: 222-0955 E 222-4754 NATAL-RN

MINÉRIOS EXISTEM MAS NÃO SE SABE QUANDO SERÃO EXPLORADOS

Salvo a recente notícia divulgada pelo próprio Ministro das Minas e Energia acerca da descoberta de grandes jazidas de ferro de alto teor na zona Seridó do Rio Grande do Norte, conseguida pelo Projeto Radam-Brasil, tudo o mais em termos de mineração aqui continua em fase de calmaria. As perspectivas mineiras para o Estado continuam excelentes, mas a falta de dinamização de pesquisas e o lento surgimento de novas iniciativas empresariais no setor fazem com que os resultados favoráveis para nossa economia só sejam esperados a longo prazo.

Os programas governamentais de pesquisa existem. Alguns projetos para exploração mineral no RN já foram aprovados pela SUDENE. Mas tudo caminha sem novidades e de forma tão vagarosa que se tem a impressão de que no setor não se tem feito nenhum progresso, nos últimos meses.

PROJETOS — “Na área da SUDENE, no momento, não existe nenhum projeto no campo mineralógico previsto para implantação no Rio Grande do Norte, esperando aprovação” — diz o chefe do escritório-regional do órgão no Estado, Antônio de Pádua Pessoa.

Ainda segundo as suas informações, depois da aprovação dos últimos projetos que contaram com recursos do FURENE — Fundo de Pesquisas de Recursos Naturais — nada mais foi encaminhado à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. As empresas atendidas pelo FURENE, ultimamente, foram: *Mineração Medeiros Ltda.*, *Mineração Amarante Ltda.*, *Mineração Zangarelhas Ltda.*, *Mineração Tijuca Ltda.*, *Mineração Aquarius Ltda.*, *Mineração Palestina Ltda.*, *Itapetinga Agro-Industrial S/A*, *Mineração Morada Nova Ltda.* e *Mineração João Marcelino*, quase todas envolvidas com a busca de scheelita e a maioria delas absolutamente desconhecidas, que sem outra forma de fazer pesquisas a não ser com recur-

sos financiados pelo governo, vão em busca da SUDENE.

O FURENE — Os recursos do FURENE, oriundos das sobras do mal-falado 34/18, estão aos poucos se extinguindo. Mesmo assim, Antônio de Pádua acha que ainda são suficientes para atender a muitas empresas mineradoras interessadas em fazer prospecções. Mas, o FURENE não é a única opção. As empresas podem obter recursos do FINOR — *Fundo de Investimentos do Nordeste* — bastando para isso apresentar projetos viáveis de industrialização de minérios. A *Union Carbide*, multinacional com destacada atividade no RN, foi a última empresa beneficiada com a aprovação de projeto, ano passado, conseguindo isenção total de taxas para importação de máquinas e equipamentos do exterior.



Antônio de Pádua Pessoa

O chefe do escritório da SUDENE não encontra explicação para a momentânea escassez de projetos na área da mineração. Ele apenas se arrisca a supor que os empresários

estão aguardando as anunciadas reformas que o governo estadual fará no FUNDEMINAS — Fundo de Minérios do Rio Grande do Norte, visando permitir um financiamento total às pesquisas e prospecções mineiras, para então reiniciarem a procura de apoio. Outra causa poderia ser a prometida dinamização da *Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais* — CPRM, que aumentaria sua atuação no Nordeste.

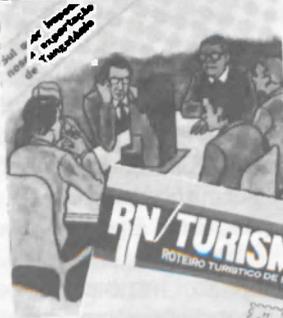
Uma pesquisa mineral, por mais modesta que seja, gira hoje em torno de Cr\$ 2 milhões, havendo o grande risco de nada se descobrir, transformando-se pois a soma gasta em prejuízo. As pequenas e médias empresas de capital nacional não têm suporte para enfrentar essa incerteza, daí esperarem pela ajuda oficial através dos seus programas próprios.

FIRMAS DEMAIS? — Alguns técnicos do setor acham que no Rio Grande do Norte o problema não é quantidade de firmas voltadas para a mineração, mas sim a qualidade. E justificam alegando que são poucas as que estão estruturadas para enfrentar os altos custos da exploração dos minérios, custos estes que só são compensados a médio e longo prazos. A maior parte das empresas são como que “aventuras familiares”: um proprietário rural descobre algum indício de minério em suas terras, reúne a família para discutir o assunto e termina constituindo uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, cujo grande sonho será conseguir recursos para pesquisa. Muitas vezes esse sonho não se materializa e o empreendimento morre por aí.

Edgar Dantas, um geólogo de reconhecida competência e que já dirigiu órgãos públicos com atuação na área mineral, vê, porém, na proliferação de pequenas empresas mineradoras um bom sintoma de vitalidade, pois no campo da mineração tudo está a favor do Rio Grande do Norte. Diz ele que os minerais mais

RN/ECONÔMICO

RN/ECONÔMICO



RN/TURISMO

ROTEIRO TURÍSTICO DE NATAL

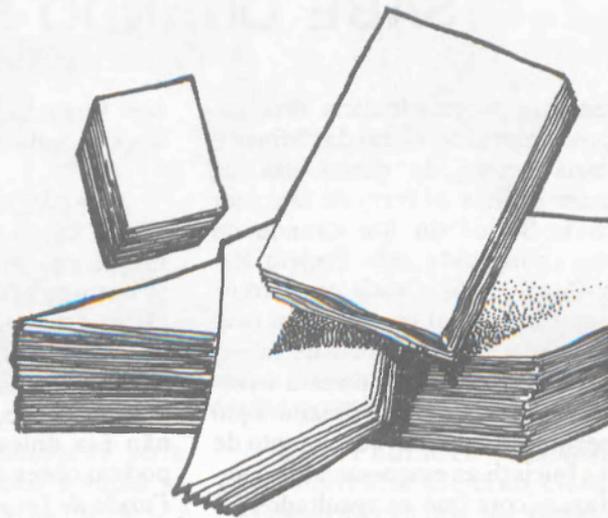
Oito anos de circulação ininterrupta ajudam a consolidar a nossa tradição no mercado editorial do Rio Grande do Norte.

RN-ECONÔMICO e RN-TURISMO são duas publicações pioneiras e únicas no Estado, atingindo um público específico, caracterizado por um alto nível de renda.

Por isso mesmo se constituem em veículos ideais para a divulgação da sua empresa. Quando for anunciar, programe estas revistas e confira os resultados.

RN-ECONÔMICO — Empresa Jornalística Ltda.
Rua Floriano Peixoto, 559 — 1º andar — Fone: 222-0806 — Natal — RN.

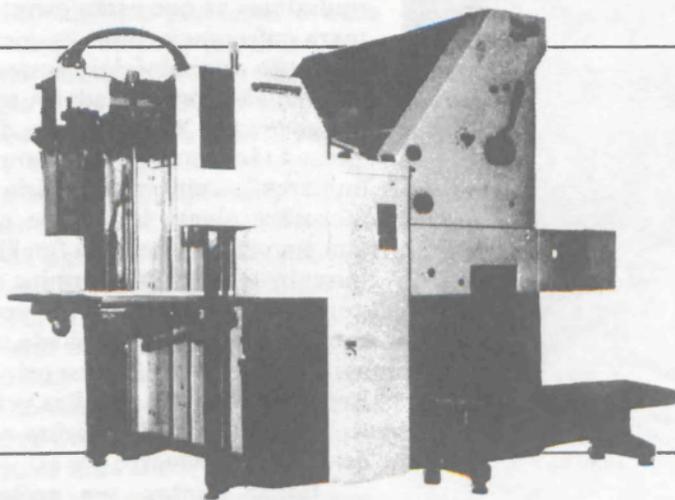
RN-DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS LTDA.



O industrial gráfico, as repartições públicas, os colégios, o comércio, quando necessitavam comprar papéis finos eram obrigados a recorrer a São Paulo, Rio, Recife. Agora, Natal possui uma firma especializada nesse ramo, com estoque e variedades para atender qualquer pedido. E possui papel em resma pelo melhor preço da praça.

RN-DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS LTDA.
Rua Frei Miguelinho, 42 — Fone: 222-0283 — Ribeira

RN-ECONÔMICO INDÚSTRIA GRÁFICA



Quem procura qualidade, prazo e preço já sabe que a Gráfica RN-ECONÔMICO oferece vantagens que nenhuma pode oferecer. Além do mais moderno equipamento off-set, ela também dispõe de uma completa seção de tipografia, realizando desde cartazes coloridos, livros e jornais, até simples cartões de visita. Consulte sempre a Gráfica RN-ECONÔMICO.

Rua Dr. José Gonçalves, 687
Fones: 231-1873 e 231-3576
Natal-RN

Dez anos na frente!

explorados aqui, alcançam ótimo preço no mercado interno ou externo, tornando rapidamente rentáveis os investimentos feitos. Ademais, todas as pesquisas realizadas têm mostrado bom resultado, revelando grande potencial de reservas que precisa ser mais explorado. E diz mais que todas as grandes empresas de mineração hoje existentes começaram pequenas, sofrendo grandes dificuldades para chegarem a se consolidar.

PLANOS PARA 78 — Considerado como um dos maiores obstáculos ao nosso desenvolvimento mineralógico, a falta de um laboratório de análise de minérios no Rio Grande do Norte deverá ser finalmente suprida ainda este ano. Segundo infor-

ma João Francisco Silveira, diretor-de-operações da *Companhia de Desenvolvimento Mineral do Estado* — CDM-RN, este laboratório será implantado com recursos do FUNDEMINAS, cuja administração está a cargo da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. Hoje, as companhias mineradoras recorrem ao laboratório de análise de minérios localizado em Campina Grande, o único do Nordeste. Com um laboratório aqui em Natal, as coisas ficarão mais fáceis.

A CDM-RN tem planos arrojados para este ano, segundo o seu diretor-de-operações. Dentre eles, está o da pesquisa de tungstênio nas áreas da Mina Bodó, no município de Santana do Matos, e na Mina Boqueirão, no município de São Tomé, am-



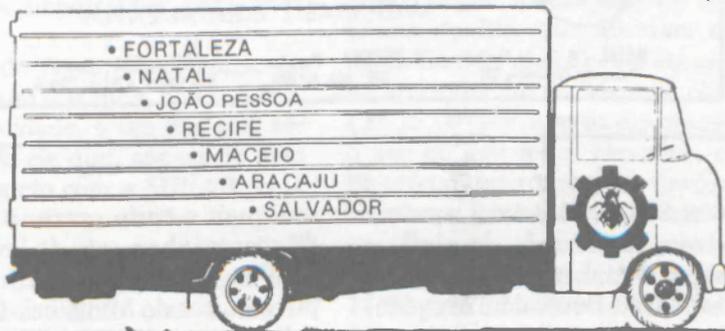
**ESTA MARCA
REPRESENTA
A SOLUÇÃO
PARA O SEU
PROBLEMA.
NÃO IMPORTA
QUAL SEJA ELE.**

SOMOS UMA EMPRESA DE SERVIÇOS A SERVIÇO DAS GRANDES EMPRESAS, ATUANDO EM 11 ESTADOS COM:

- SERVIÇOS MÉDICOS E PARAMÉDICOS
- CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE HOSPITAIS
- CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EDIFÍCIOS
- ENGENHARIA AGRO-PECUÁRIA

- ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS
- SEGURANÇA E VIGILÂNCIA OSTENSIVA
- IMPLANTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE JARDINS
- LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TÉCNICA E ESPECIALIZADA

- MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA
- LIMPEZA INDUSTRIAL
- TRANSPORTE DE ENCOMENDAS; VALORES E MUDANÇAS



embraSel

EMPRESA BRASILEIRA DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.

RUA FLORIANO PEIXOTO, 422 — FONES: 222-4604 — 222-4287
— NATAL-RN

Philco Split System.

O ar condicionado que você não vê, não ouve, mas sente.

As vantagens do ar condicionado central são conhecidas.

Sabemos também que os sistemas convencionais são caros e de difícil instalação.

Por isso a Philco lançou o **SPLIT SYSTEM**. Um ar condicionado projetado para escritórios, lojas, restaurantes e residências.

Sua instalação é simples e fica fora do ambiente, invisível. Seu preço é 40% menor do que os demais sistemas.

Chame a **SUMMA ENGENHARIA**. Nós daremos assessoria técnica que você desejar.

Projeto
Venda
Instalação e
Manutenção com
garantia da fábrica



SUMMA
ENGENHARIA LTDA.

Rua Fabricio Pedroza, 46 - Fone: (084) 2225857
.. Cx. Postal, 15 - Natal-RN
Rua Salvador de Sá, 398 - Fone: (0812) 222267 - Recife-PE

Revendedor Autorizado

PHILCO

bas subsidiárias da empresa *Bodominas Metalurgia e Indústria S/A*. Caberá ao CPRM e ao Banco do Nordeste o financiamento desses trabalhos. Outro projeto a ser executado em 1978 é o do aproveitamento de *tailings* de minério de tungstênio, em convênio com o ITA — *Instituto Técnico da Aeronáutica*, na Mina Bodo.



João Francisco Silveira

‘Estamos em pleno rush — continua João Francisco Silveira — e vamos oferecer maior assistência técnica às empresas de mineração em fase de pesquisa. Para confirmar isso, já estamos garantindo assistência total à Mineração Medeiros Ltda, na pesquisa de ouro que está fazendo no município de Caicó. Ao mesmo tempo, nossos técnicos estão em campo, prossequindo suas pesquisas sobre o aproveitamento de outros minérios existentes do Estado, como a diatomita, a argila e outros’.

POLO METAL-MECÂNICO —

Para alterar a rotina e a lentidão dos acontecimentos na área dos empreendimentos mineralógicos do Estado, o secretário da Indústria, Comércio e Turismo, Benivaldo Azevedo, anuncia que o Polo Metal-Mecânico, já definido para o Rio Grande do Norte, começará muito em breve a movimentar os meios empresariais. No momento, o Polo Metal-Mecânico já garante a implantação em Natal de uma grande usina siderúrgica, a SIDERNOR — empreendimento liderado pelo grupo JOSSAN — cujo



Cat 966 C.
3 metros cúbicos
de uma caçambada só.

A rapidez de ciclo, a Cat 966C junta a grande capacidade da caçamba: 3,06 m³, que lhe permite carregar qualquer basculante com poucas caçambadas. Sua alta produtividade está relacionada com a articulação central, que permite raios de giro curtíssimos, e com sua longa distância entre-eixos, que proporciona maior estabilidade.

Largamente utilizada em construção, mineração e na indústria em geral, a 966C se destaca pela alta produtividade, facilidade de transporte e elevado valor de revenda.

**Cat 930.
Menor tempo de ciclo.
Tempo é dinheiro.**

Com sua caçamba de 1,72 m, a Cat 930 apresenta, como principais características, sua extrema manobrabilidade e facilidade de operação em espaços reduzidos. É uma máquina para qualquer trabalho, devido a sua versatilidade. É também, e a única na sua classe com motor, transmissão e eixos especialmente projetados.

A 966 C e a 930 são fabricadas no Brasil. E amparadas pelo Cat Plus, o superatendimento do futuro, já disponível hoje nos Revendedores Caterpillar.

**Cat 966 C e 930
são muito
mais máquina.**

 **CATERPILLAR**
Caterpillar, Cat e  são marcas de Caterpillar Tractor Co.



marcosa s.a.

MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

NATAL - R. G. do Norte Trav. das Donzelas, 311	J. PESSOA - Paraíba BR - 101, n.º 235	FORTALEZA - Ceará Rua Castro e Silva, 204/8
---	--	--

projeto a SUDENE deverá aprovar na sua reunião do mês de abril, a ocorrer em Natal. Complementa a sua informação Benivaldo Azevedo, dizendo que este programa de aproveitamento em larga escala dos nossos recursos minerais abrirá oportunidade de criação de cerca de 40 unidades industriais no Estado, muitas

das quais a curto prazo. A comissão de acompanhamento da implantação do Polo Metal-Mecânico, composta por técnicos do Ministério das Minas e Energia e de outros Ministérios, deverá inclusive fazer uma reunião em Natal, prevista para o próximo mês de março, e a partir daí começarão a surgir muitas novidades.

INTERFERÊNCIA DA SUNAB TIRA RENTABILIDADE DO RAMO HOTELEIRO

Muito embora sem atingir a situação crítica dos hotéis do eixo Rio-São Paulo, os hotéis do Rio Grande do Norte também estão sentindo os reflexos dos problemas de custo que estão sendo reclamados pela classe hoteleira do país. Este é o pensamento do presidente da Associação dos Hoteleiros, Restaurantes e Similares do RN, Habib Chalita, que, no entanto, não vê ainda a possibilidade de fechamento de hotéis, como está acontecendo em alguns grandes centros.

Para Chalita, que possui dois hotéis em Natal (*Hotel Natal e Chalita Palace Hotel*), o tabelamento e a fiscalização da SUNAB não o está prejudicando, pois os aumentos concedidos, embora pequenos, têm sido suficientes para evitar que a situação fique insustentável. Disse mesmo que o aumento de dez por cento, autorizado para os hotéis em setembro do ano passado, ia dando para manter bem o equilíbrio, e já agora em janeiro a SUNAB autorizou mais um aumento, desta vez de 15%:

OPINIOES CONTRÁRIAS — Enquanto Habib Chalita acha que tudo vai bem, os associados do órgão da classe hoteleira dizem o contrário, reclamando que os custos subiram muito e que os lucros ficam cada vez menores, obrigando os hotéis a modificarem suas linhas de atendimento, deixando de oferecer serviços que seriam importantes para seus clientes.

Fernando Paiva, proprietário do *Hotel Sol*, um dos mais novos e modernos da cidade, é um dos que reclamam. Diz ele que, apesar do bom relacionamento com a SUNAB, cuja Delegacia local apenas faz cumprir as determinações emanadas da direção nacional, o seu hotel não está obtendo nenhum lucro com o movimento do seu restaurante e do seu bar. Utilizando numeros oficiais, Fernando Paiva mostra que o aumento do custo de vida em 1977 foi da ordem de 40%, enquanto que no

mesmo ano o aumento concedido pela SUNAB para os hotéis foi de 10%. Disse ainda que, até o momento, não tomou conhecimento do novo aumento citado por Habib Chalita, mas espera que ele venha compensar os investimentos feitos e diminuir as possibilidades gerais de prejuízo.



Fernando Paiva

OS CUSTOS DE UM HOTEL — O proprietário do *Hotel Sol* apontou as despesas com a contratação de garçons, comins, recepcionistas, cozinheiros, serventes, e com os materiais de serviço dos mais caros, para alegar que é, hoje, impossível se atender, com algum lucro, aos preços constantes da tabela da SUNAB. Sem chegar ao exagero de alguns hotéis do Rio, que afirmam que o custo final de uma Coca-Cola servida no apartamento do hóspede chega a Cr\$ 25,00 (somadas as despesas com o uso de geladeira, elevador, copos de cristal, guardanapo, e garçon para ir levar e ir buscar) Fernando Paiva acha que os atuais preços de Cr\$ 4,00 para uma Coca-Cola e de Cr\$ 11,50 para uma cerveja, fixados pela SUNAB, representam prejuízo líquido e certo, pois os bares da cidade podem cobrar quase esse preço sem precisar do aparato de um hotel para atender a seus clientes.

A estratégia adotada por muitos hotéis do Rio e de São Paulo, para conseguirem se aguentar, tem sido o fechamento de restaurantes e a redução dos serviços, com o que se pode reduzir sensivelmente o número dos empregados. Fernando Paiva acha que esta solução não é a ideal em nosso Estado, até porque ela viria agravar o problema social e econômico local, pois calcula-se que hoje 2.000 pessoas trabalham na rede hoteleira e ficariam sem alternativa de emprego.



Luiz Antônio Porpino

NADA DE RESTAURANTE — É quase certo que a posição de Habib Chalita, reconhecendo a crise, mas dizendo-se não atingido por ela, seja decorrência da sua decisão de não instalar serviço de restaurante em seus hotéis. Afirma ele que isso realmente dá prejuízo. E, ademais, os turistas que aqui chegam estão muito mais interessados em conhecer a nossa comida típica, os restaurantes de "carne assada", as peixadas, os que servem galinha ao molho pardo, e quase sempre deixam os restaurantes dos hotéis vazios.

Luiz Antônio Porpino, gerente do *Ducal Palace Hotel*, reconhece que o restaurante não dá os lucros exce-

lentes que poderia dar, mas em compensação o hotel mantém uma coffee shop, serviço de bar especializado, boate, e outros serviços que permitem, no final das contas, a rentabilidade necessária. Uma das especialidades do Ducal, atualmente, é servir banquetes, que são realizados não somente no hotel, mas até em clubes e locais especiais, como o banquete recentemente oferecido ao senador Jessé Freire, do qual participaram mais de 1.000 pessoas.

Sobre a fiscalização da SUNAB, Luiz Antônio Porpino declara que ela

é simples e sempre tem sido feita de maneira cordial, limitando-se a representação local a cumprir o que estabelecem as normas baixadas na direção central. Diz ele que, se a tabela traz prejuízo em alguns itens dos serviços do hotel, uma boa orientação para outros serviços pode trazer compensação no final.

QUEM COMPRA HOTEL? —

Para mostrar como o ramo hoteleiro no Brasil não anda bem, apesar de não estar numa crise tão séria como se propala no Sul, Fernando Paiva

lembra como exemplo a dificuldade encontrada pelo Governo do Rio Grande do Norte para conseguir um comprador para o Hotel Internacional dos Reis Magos, em Natal. Para o Hotel Abolição, de Mossoró, até hoje não surgiu interessado.

E arremata, declarando que a única coisa que realmente anima a classe hoteleira é que os índices de ocupação dos hotéis têm se mantido bem altos. Em janeiro último, a média foi de 90% em todos os hotéis de Natal e em fevereiro continua excelente.

Cr\$ 80 MILHÕES PARA HOTÉIS NO INTERIOR

Como ninguém acredita nas possibilidades turísticas do sofrido interior do Rio Grande do Norte, e como nenhum empresário de bom senso arriscaria o seu capital num empreendimento tão duvidoso, o governo do Estado — por intermédio de sua *Empresa de Promoção e Desenvolvimento do Turismo* — vai aplicar cerca de Cr\$ 80 milhões na construção de uma dezena de hotéis nos recantos considerados aprazíveis de alguns municípios distantes.

Giovani Xavier da Silva, presidente da EMPROTUR, afirma que, basicamente, a finalidade da construção dessa cadeia hoteleira visa proporcionar uma infra-estrutura mínima indispensável aos municípios com potencialidades turísticas, para que haja um movimento de interiorização das correntes turísticas.

O QUE OS EMPRESÁRIOS PENSAM — Reclamando da absoluta falta de apoio dos órgãos públicos envolvidos com o turismo, os empresários natalenses do ramo hoteleiro não chegaram a criticar o projeto dos hotéis para o interior, mas afirmam que nessa hora seria muito mais importante cumprir uma política séria de promoção e divulgação do que já possuímos, do que iniciar outras frentes que ficarão ainda mais desassistidas.

Fernando Paiva, diretor do *Hotel Sol*, pensa que a interiorização do turismo só poderá acontecer no dia em

que houver um sistema integrado de total divulgação do Estado, das nossas riquezas, do nosso folclore, do artesanato, de tudo que possa interessar de verdade ao turista.



Giovani Xavier da Silva

Firmino Moura, proprietário do *Hotel Samburá*, limita-se a dizer: “acredito na boa intenção do governo. Mas, será que somente isto basta?”.

Luiz Antônio Porpino, gerente do *Ducal Palace*, porém confia no empreendimento e diz porque:

“A experiência bem sucedida do ex-governador Aluizio Alves com a construção do Hotel Abolição, em Mossoró, comprovou que é válido construir hotéis no interior, tarefa que no nosso meio só pode caber ao governo”.

E num rasgo de otimismo, Porpino acrescenta:

“Se o governo conseguir fazer uma boa divulgação das nossas potencialidades turísticas, poderemos num curto espaço de tempo trazer, inicialmente, os turistas dos nove Estados nordestinos. Em seguida conseguiremos atrair turistas do Sul e até do exterior”.

DIVULGAR NATAL — Firmino Moura é de opinião que Natal já possui um bom fluxo turístico, mesmo sem que se faça a mínima divulgação lá fora. Nas épocas de férias, o seu hotel, o *Samburá*, recebe milhares de hóspedes, fenômeno que também atinge a maioria da rede hoteleira. Sua média anual, porém, varia entre 1.500 e 2.000 turistas por mês, enquanto a do Hotel dos Reis Magos ultrapassa a dos 3.000.

As empresas hoteleiras da capital têm recebido um apoio simplório da EMPROTUR, que se resume na distribuição de alguns folders e posters da cidade, coisa que fica cada ano mais rara.

Dizem os empresários que, se para Natal a cobertura dos órgãos de apoio turístico é irrisória, certamente ela não funcionará para os hotéis que vierem a ser construídos no interior, que ficarão a maior parte do ano vazios, por inexistência de hóspedes.

INTERESSES POLÍTICOS E ECONÔMICOS

Sabe-se nos bastidores que o ex-governador Aluizio Alves estaria participando de negociações para a transferência do controle acionário da TEXITA para um grande grupo empresarial do Sul, possivelmente multinacional com participação de japoneses. A TEXITA é um projeto industrial na área da tecelagem, aprovado pela SUDENE e em implantação no município de Eduardo Gomes, às margens da rodovia BR-101. Trata-se de um projeto ambicioso, idealizado pelos empresários Theodorico Bezerra e seu filho Kleber Bezerra, homens que conhecem profundamente o mercado algodoeiro do país, notadamente do Estado, onde lideram o comércio desse produto em várias regiões e possuem usinas de beneficiamento.

Ultimamente, talvez sob os efeitos da crise que atinge duramente a economia algodoeira do Nordeste, ou talvez desencantados com a SUDENE que não cumpre os prazos estabelecidos para as liberações de recursos do FINOR, o grupo Theodorico Bezerra decidiu pela venda do projeto TEXITA, incumbindo escritórios de São Paulo de encontrar empresários interessados na sua compra.

A partir daí, teria o hoje empresário Aluizio Alves entrado no negócio. Não se conseguiu apurar se ele já concretizou a venda da TEXITA, mas pelo que se observa no noticiário político do Rio Grande do Norte, ele está muito bem composto com o deputado Theodorico Bezerra, o qual já pensa em — depois da posse do general João Batista de Figueiredo na Presidência — arregimen-

tar o antigo PSD do Estado, reuni-lo à imbatível "Cruzada da Esperança" de Aluizio Alves, para formar um novo partido, Isto se, de fato, vier a surgir a oportunidade de criação de outras agremiações políticas.

Assim, unindo interesses econômicos aos interesses políticos, o velho líder pessedista, considerado com justas razões um dos mais hábeis articuladores, volta à evidência, ao lado de Aluizio Alves que — se tiver revisto o seu processo de cassação — passará a ditar na vida pública do Rio Grande do Norte, como nos anos 60.

INDÚSTRIAS GRÁFICAS DEVEM PAGAR SÔ ISS

Recente decisão do Supremo Tribunal Federal acabou com a velha controvérsia acerca do regime de tributação a que deve se submeter a atividade editorial e gráfica. Decidiu por unanimidade o STF, com base na Constituição Federal e nos decretos-leis 606 e 834, enquadrar essas empresas na categoria de prestadoras de serviços, submetendo-as, portanto, ao pagamento do Imposto Sobre Serviços.

A legislação tributária dos Estados, porém, continua estabelecendo como norma a cobrança do ICM às gráficas, o que tem gerado por todo o país uma seqüência de mandados de segurança, com liminares concedidas pela Justiça, contra a cobrança desse tributo. Agora mesmo, em Natal, os advogados Diógenes da Cunha Lima e Marcos Aurélio de Sá, representantes de mais de uma dezena de gráficas e editoras locais, estão dando entrada em ação nesse sentido, até porque a Secreta-

ria de Finanças do Município já baixou portaria ordenando a cobrança do ISS nos impressos, a partir de março, e não é possível o pagamento acumulado do ISS e do ICM.

OS VALORES EXATOS DO INCENTIVO DO ICM

A partir de 1971 até o mês de novembro de 1977, o sistema de incentivos fiscais criado pelo governo do Estado para estimular a atividade industrial no Rio Grande do Norte representou uma injeção de capital de Cr\$ 71,5 milhões nas empresas enquadradas pelo benefício da dedução do ICM para investimentos. Essa soma, que poderia ter ultrapassado os Cr\$ 82 milhões se houvesse mais agilidade na liberação dos depósitos pelo Banco de Desenvolvimento, muito contribuiu para a consolidação e a expansão de indústrias no Estado, indústrias que a cada mês pagam mais ICM, retribuindo assim o apoio do poder público.

Eis os números exatos do incentivo do ICM, de quando foi criado o sistema até novembro do ano passado:

Ano	Valor dos depósitos no BDRN Cr\$	Valor das liberações efetuadas Cr\$
1971	533.489,53	289.960,50
1972	265.442,89	223.871,31
1973	3.902.648,19	227.685,84
1974	11.094.459,58	7.015.854,31
1975	20.055.426,00	10.298.932,55
1976	20.631.053,62	22.590.291,76
1977*	25.715.985,69	30.843.659,68

* Até novembro.

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte.

CONCORDATA NÃO PREJUDICA AS EMPRESAS DO GRUPO UEB

Quase um ano depois da solicitação de concordata, o grupo de indústrias ligadas à UEB no Estado apresenta uma situação que pode ser qualificada de excelente, atravessando um período de crescimento das suas atividades. A Sparta, a Têxtil Seridó, a INCARTON e o Ducal Palace Hotel, as quatro unidades da União de Empresas Brasileiras no Rio Grande do Norte estão funcionando normalmente, operando com a rede bancária (inclusive a oficial) e até mesmo recebendo recursos do FINOR, que por uns tempos lhes foram negados.

Enquanto isto ocorre, a concordata das empresas, uma atitude que foi tomada mais como precaução diante do que aconteceu com as outras empresas ligadas ao grupo fora do RN (Bemoreira - Ducal Roupas - Independência), continua correndo normalmente, com os primeiros pagamentos aos credores marcados para o mês de maio. Duas das empresas do grupo UEB já estão com o processo homologado, enquanto que o único processo que se encontra em atraso é o do Ducal Palace Hotel, exatamente o que mais demorou a ser iniciado.

Para os quatro comissários escolhidos para atuarem no processo de concordata, o estado de solidez e equilíbrio das empresas não poderia ser melhor. Chegam mesmo a acreditar que, realmente, o único motivo que levou à solicitação das concordatas foi a situação das demais empresas do grupo no Sul do país, já que em termos locais a situação pode ser taxada de excelente.

Um que pensa desta maneira é o empresário e Secretário municipal de turismo, Hyperides Lamartine, que foi designado comissário da Indústria de Cartonagem S/A — INCARTON, uma das empresas do grupo que se encontra em melhor situação. Para ele a INCARTON vai ter condições de pagar, dentro dos

prazos previstos, todos os seus débitos, que na realidade não são muitos, sobejamente cobertos pelo patrimônio e pela produção empresarial.

Quanto ao andamento da concordata, a mesma se encontra nas mãos do juiz, depois de passar as fases de levantamento, perícia e inscrição de todos os credores que se habilitaram. Espera o comissário que dentro do menor espaço de tempo possível, seja determinado o prazo para a realização dos primeiros pagamentos.

Enquanto a INCARTON ainda não sabe a data em que os primeiros pagamentos deverão sair, a Indústria Têxtil Seridó S/A já tem uma data marcada - 13 de maio - quando os credores habilitados receberão as primeiras parcelas do débito da empresa. Segundo o comissário da concordata, Ezequiel Fonseca, será pago um total de quarenta por cento da dívida, com juros de 12%. Disse ainda o comissário, que tal pagamento vai ocorrer sem nenhum embargo e que todo o processo de concordata transcorreu tranquilo, tanto pela lisura da empresa, como pelo comportamento dos credores.

Um aspecto importante da Seridó, destacado por Ezequiel Fonseca é seu crescimento atual e seu interesse em pagar os seus débitos até mesmo antes dos dois anos de prazo, só não o fazendo se problemas outros surgirem, pois o problema da concordata está praticamente ultrapassado.

Também com a data de 13 de maio marcada para fazer seus primeiros pagamentos, a Sparta Confeccões do Nordeste S/A está tranquila no que se refere à concordata, já homologada na justiça desde o dia 16 deste mês, nem mesmo uma ação tentada por uma empresa cearense, chegou a preocupar, já que não havia nenhum fundamento legal para impedir a concessão da concordata. Para o empresário João Costa (do grupo Casas Porcino) a situação



Ezequiel Fonseca



Airton Costa



João Costa



Hypérides Lamartine

COMISSARIOS DA CONCORDATA FALAM SOBRE O GRUPO UEB

não poderia ser melhor, acreditando que dentro dos prazos previstos, ou antes mesmos dos dois anos, todos os débitos tenham sido liquidados.

No dia 13 de maio, data em que completa um ano, serão pagos quarenta por cento das dívidas, marcando-se nova data para o pagamento de uma outra parcela.

HOTEL SEM PRAZO — Enquanto as demais empresas do grupo UEB já têm prazo determinado para iniciarem os pagamentos dos débitos, o Ducal Palace Hotel vive uma situação diferente, pois ainda não tem pronta a documentação de sua concordata. Explica o comissário Airton Soares Costa, que tudo se deve a demora na escolha do comissário, que impediu uma maior rapidez nos trabalhos. Começando muito tempo depois das outras empresas, a tramitação da concordata do Ducal ficou mais demorada, estando ainda na fase de levantamento pericial.

No entanto, acredita Airton Costa que assim que o levantamento for concluído, com todos os credores habilitados e a documentação completa, o processo fluirá dentro da normalidade, pois a exemplo das demais empresas do grupo, a situação econômica do Hotel é muito boa, principalmente agora que começou a receber as quotas de financiamentos do FINOR e da Embratur.

CRESCIMENTO — Dirigidas pelo ex-governador Aluizio Alves,

o grupo de Empresas UEB chegou ao Estado como uma das grandes opções de desenvolvimento industrial. De início, partiu para a construção de um complexo de fábricas na estrada de São Gonçalo do Amarante, área escolhida para localização das empresas. Depois de inauguradas com grandes festividades e de fornecerem muitos empregos, as empresas do grupo se viram ameaçadas pelos problemas ocorridos com as demais associadas do Sul do país, que entraram em crise com a intervenção do Banco Central nas suas entidades financeiras e posteriormente com a falência da cadeia de lojas BEMOREIRA—DUCAL.

Levados por esta situação e como forma de precaução, as empresas sediadas no Rio Grande do Norte solicitaram uma concordata preventiva, temerosas de que os débitos e a situação de suas associadas sulistas pudessem trazer algum prejuízo para as suas atividades. Hoje, decorridos nove meses da solicitação de concordata, a situação das empresas pode ser medida pela volta das negociações com bancos, tanto particulares como oficiais,

quase todos voltando a operar com as empresas da UEB e, o que é mais importante, abrindo novas linhas de crédito.

Um exemplo de crescimento pode ser visualizado na Sparta, que na época de concordata contava com 550 funcionários e hoje tem 831. Não foi somente em número de empregos que houve crescimento; também na produção isto acontecia. Em 1976, a Sparta apresentava um faturamento da ordem de Cr\$ 76 milhões, passando em 77, ano da concordata, para Cr\$ 101 milhões, existindo uma previsão de que neste ano de 78 vai faturar Cr\$ 145 milhões. Afora o aumento do faturamento e de empregos oferecidos no Estado, a empresa ainda reduziu Cr\$ 7,5 milhões do exigível a longo prazo, segundo informações do seu diretor Roosevelt Garcia.

Situação semelhante acontece nas demais empresas, com aumento de empregos, diminuição das dívidas e crescimento da produção, esperando seus dirigentes que 78 seja o ano da consolidação das empresas do grupo UEB no Rio Grande do Norte.

SÓ PARA AS PESSOAS QUE NÃO PODEM PERDER TEMPO.

A Presentes Lázaro apresenta o Sonofone-Teletoc, o telefone com memória e teclado eletrônicos.

Solicite um dos nossos vendedores para maiores esclarecimentos.



Utilize nosso crediário.

Amplo estacionamento na:
Av. Deodoro, 622 — Fone: 222-2019.

**PRESENTES
LAZARO**

LBA INVESTE NO FUTURO DAS NOSSAS CRIANÇAS

Durante o ano de 1978, a Legião Brasileira de Assistência vai aplicar 8,5 milhões de cruzeiros na educação, saúde e melhoria alimentar do menor pré-escolar, em Natal e mais 54 cidades do interior do Estado, beneficiando 5.370 famílias carentes selecionadas do quarto estrato da população norte-riograndense.

Todo esse investimento, segundo o Diretor Estadual da LBA, José Maria Barreto de Figueiredo, será aplicado através do Projeto Casulo, um programa idealizado pelo Presidente da Fundação Legião Brasileira de Assistência, Luiz Fernando da Silva Pinto, e que começou em 1977, tendo sido implantado nos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e Rio Grande do Sul.

COMO FUNCIONA — O Projeto Casulo exige a participação da comunidade beneficiada, através de associações de caráter assistencial ou religioso e de Prefeituras Municipais. A aprovação de cada projeto depende, principalmente, de uma análise se vai atingir a população carente, além das condições da entidade, como executora do convênio e se há estrutura de saúde, na região, para servir de suporte ao programa.

Para este ano, a Divisão de Serviço Social selecionou 7 associações e 45 Prefeituras Municipais, além dos convênios com as Secretarias de Educação, de Saúde, do Trabalho e Bem-Estar Social, atingindo 54 cidades e 10 bairros em Natal, todos localizados na zona periférica da cidade.

INVESTIMENTO DA LBA — Para cada convênio de duas Unidades Casulo, a Legião Brasileira de Assistência participará com 100 mil cruzeiros, que serão empregados da seguinte maneira: 60 mil para alimentação, 24 mil para equipamento e instalação e 16 mil para programas de promoção familiar.

Um Casulo abriga 30 crianças, porém não existe qualquer convênio

para funcionamento de apenas um, pois os técnicos da LBA consideram anti-econômico para a entidade conveniente, justificando que "o prédio e as instalações utilizadas, por exemplo, no turno da manhã, poderão servir para outra turma de 30, no período da tarde, diminuindo com isso os custos na aquisição dos bens móveis".



José Maria de Figueiredo

O equipamento para se manter um Casulo inclui mesas e cadeiras infantis, geladeira, fogão, utensílios de cozinha, filtro, pratos e talheres, play-ground, material didático e brinquedos.

ALIMENTAÇÃO — Através de um cardápio orientado, as crianças carentes recebem uma complementação alimentar. Para os alunos da manhã é oferecido café e almoço, enquanto para os da tarde é servido um lanche, no início das atividades, e jantar.

O cardápio para almoço e jantar é um só, tendo uma alimentação básica, elaborada por nutricionista, com 50% do teor calórico necessário à criança na pré-escola. Os alimentos são os mais variados possíveis, entre os quais: carne, feijão, arroz, fígado, macarrão, legumes, galinha, peixe, ovos e frutas. O desjejum ou lanche se constitui de suco de frutas, café,

leite, pão, bolo, queijo e biscoitos, variando com o dia.

Conforme se constata a LBA investe 60 mil cruzeiros na alimentação de 60 crianças, o que representa um investimento "per-capita" de 1 mil cruzeiros, durante os dez meses de funcionamento do Casulo.

Quanto à parte de promoção familiar, são realizados cursos de iniciação ocupacional, com base na realidade de cada município. Ou seja, é feita uma pesquisa, pela Divisão de Educação para o Trabalho, para saber quais os cursos que poderiam proporcionar às mães e familiares, condições de melhoria da renda do lar da criança-casulo. Também se desenvolve um programa de legalização da família com a promoção de casamento dos pais dos menores e registro de nascimento.

INVESTIMENTO DA OBRA — A entidade conveniente se responsabiliza pelo prédio, sua limpeza e conservação, pelo pagamento de professores, recreadores, cozinheiras, instrutores de cursos, médicos, dentistas e farmacêuticos, além da complementação de equipamentos e mobilização de recursos da comunidade. Da mesma maneira fica obrigada a prestar contas da aplicação da verba específica que lhe é destinada pela LBA.

Após a assinatura do convênio é liberada a primeira parcela, no valor de 50 mil cruzeiros, e, na metade do ano a entidade presta contas de sua aplicação, que, sendo aprovada, fica em condições de receber a segunda e última parcela, no mesmo valor da primeira, e se obrigando a prestar contas, ao final do exercício.

MELHORIA DE QUALIFICAÇÃO — O Diretor da Legião Brasileira de Assistência, José Maria Figueiredo, define: "o Projeto Casulo é um programa de melhoria de qualificação da vida das famílias oriundas do quarto estrato da população, por intermédio do pré-escolar. Após a seleção das comunidades e da clientela, que é feita através da triagem

sócio-econômica e de saúde, se constitui a Unidade Casulo de 30 menores, onde a criança recebe todos os cuidados”.

Os casulinhos — nome dos alunos que freqüentam o Casulo — têm uma educação orientada e, periodicamente, são levados aos exames médico-dentários e laboratorial, este último acompanhando o combate à verminose. A criança livre das doenças tradicionais, vacinada, sem cárie dentária, associada aos fatores de melhoria nutricional e higiênica, têm todas as condições necessárias ao desenvolvimento físico e intelectual.

ESCOLHA DO ESTADO — Por ser um dos mais pobres Estados da Federação, o Rio Grande do Norte foi escolhido pela direção nacional da LBA, para execução do Casulo, em nível experimental, sendo que entre os resultados obtidos constatou-se que, aqui, se registrou o melhor índice de aproveitamento e de adaptação à realidade sócio-econômica da região. Estava prevista, de início, a

aplicação da verba de 5 milhões de cruzeiros, para instalação de 40 Casulos, em 1977, porém, a Diretoria do Rio Grande do Norte, com os primeiros resultados obtidos, conseguiu uma suplementação de mais de 2 milhões de cruzeiros, e com o total de 7 milhões de cruzeiros instalou 146 Casulos, superando as mais otimistas perspectivas.

José Maria Figueiredo é quem declara “pela atual condição de subdesenvolvimento do Estado, o nosso Projeto se amoldou às necessidades sócio-educacionais do menor pré-escolar, visto em seu universo família-comunidade, e podemos assegurar que este é o grande momento da educação pré-escolar, no Rio Grande do Norte, pois estamos enfrentando o desafio que marca o menor carente, pela subnutrição, marginalização cultural e pelo atraso do desenvolvimento cognitivo, psicomotor e afetivo”.

Outros dois fatores importantes que o Casulo trouxe, principalmente para o interior, é que 1) pessoas semi-especializadas, antes sem nenhu-

ma atividade, passaram a trabalhar no Projeto, tornando-se mais uma fonte geradora de recursos para o município; 2) está permitindo um novo campo de ação, na área educacional, com a criação de jardins de infância, nos mesmos moldes do Casulo, para as crianças de famílias de classe média, impossibilitadas pela boa condição financeira de seus pais, de freqüentarem o Casulo da LBA.

RESULTADOS PRÁTICOS — Além do menor carente, a LBA também se preocupa com o envolvimento, a participação e a melhoria das condições de vida da família. Nas cidades, onde haja uma maior oferta de empregos, a mãe tem condições de deixar seu filho no Casulo, enquanto trabalha. Mas como em nosso Estado a maioria dos municípios não absorve a mão-de-obra feminina, são promovidos os cursos de iniciação ocupacional, onde a mãe e/ou familiares do menor se especializam como costureiras, manicures, artesãos ou cozinheiras, iniciando depois pequenos negócios, que ajudarão na melhoria da renda doméstica.

Corcel II LDO, questão de opção

O Corcel LDO é o clássico da linha do Corcel II. Um carro com luxo e conforto para as pessoas realmente exigentes. Nele tudo é personalizado: o painel tem aplicações em madeira e combina com a cor do estofamento, que já vem em tecido e vinil. Todo o interior é entonado com a cor externa. O LDO tem todas as inovações do Corcel II, mas é um carro para quem quer um modelo próprio, diferente. Corcel II LDO questão de opção em DUATO VEÍCULOS.



DUAUTO VEÍCULOS

Av. Presidente Bandeira, 1240 Alecrim Fones: 231-6132 e 231-3927.

MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

A legislação trabalhista sofreu alterações profundas com a sanção das Leis 6.494, de 7.12.1977 (DOU de 9.12.77) e 6.514, de 22.12.1977 (DOU de 23.12.77).

Eis algumas perguntas e respostas:

Como eliminar ou neutralizar a insalubridade do ponto de vista legal?

Resposta: O artigo 191, da Lei 6.514/77, fixou como critérios únicos na eliminação ou neutralização da insalubridade dois elementos: adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância e a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.

Desaparece a discussão, acolhida pela jurisprudência trabalhista, quanto aos efeitos dos equipamentos individuais de proteção, para o fim de pagamento do adicional ou redução do seu valor.

Qual a competência das Delegacias Regionais do Trabalho na comprovação da insalubridade?

Resposta: A nova Lei mantém a competência dessas Delegacias na comprovação da insalubridade, estipulando, administrativamente, prazo para a sua eliminação ou neutralização (art. 191 § único). O mais importante: o Ministério do Trabalho está obrigado, quando requisitado pelo Juiz do Trabalho, a efetivar perícia, sem ônus para o empregado ou Sindicato (art. 195 § 2º). Todavia, as partes interessadas poderão dispensar essa requisição, indicando como perito médico do trabalho ou engenheiro do trabalho, registrado no Ministério do Trabalho (art. 195).

Quando se iniciam os efeitos pecuniários decorrentes de comprovação judicial ou administrativa de insalubridade?

Resposta: A insalubridade será devida a contar da data da inclusão da respectiva atividade nos quadros aprovados pelo Ministério do Trabalho, respeitada a prescrição de dois anos (art. 11 da CLT). Observe-se, por fundamental, que a Justiça do Trabalho dará adicionais vencidos desde a vigência da nova Lei (23.12.77), enquanto não decorridos dois anos de sua vigência, quando, então, o critério será de dois anos para os adicionais vencidos. Não poderá ser invocado o DL 389/68 que mandava pagar os adicionais à partir da reclamação ajuizada.

Quais as inovações em relação ao estágio de estudantes regulado pela Lei 6.494/77?

Resposta: Múltiplas e profundas, destacando-se o desaparecimento do receio de configuração da relação de emprego, desde que sejam respeitados os seguintes princípios: o estagiário somente pode ser contratado por pessoa jurídica; o estagiário deverá ser estudante de nível superior ou de curso profissionalizante de 2º grau ou supletivo; a invocativa, pela empresa, da condição de estagiário, estará associada à linha de formação profissional do estudante. Do contrário, haverá vínculo; o "termo de compromisso", de acordo com a Lei, é fundamental; a faculdade ou escola assina o "termo" como interveniente, sob pena de nulidade; a retribuição é livre, sendo ajustada entre as partes convenientes; o estagiário terá que ser protegido por seguro de acidentes pessoais em companhia particular; não há incidência de desconto previdenciário ou depósito de FGTS. Todavia, o imposto de renda, quando devido, deve ser pago na fonte.

Tome

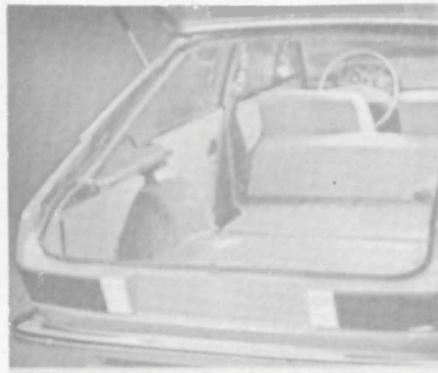


Café



100% PURO

LUIZ VEIGA & CIA. LTDA.
TORREFAÇÃO E MOAGEM "SÃO LUIZ"
40 anos de tradição e bem servir — NATAL-RN



Passat. Tudo o que você espera de um carro para o nosso tempo.

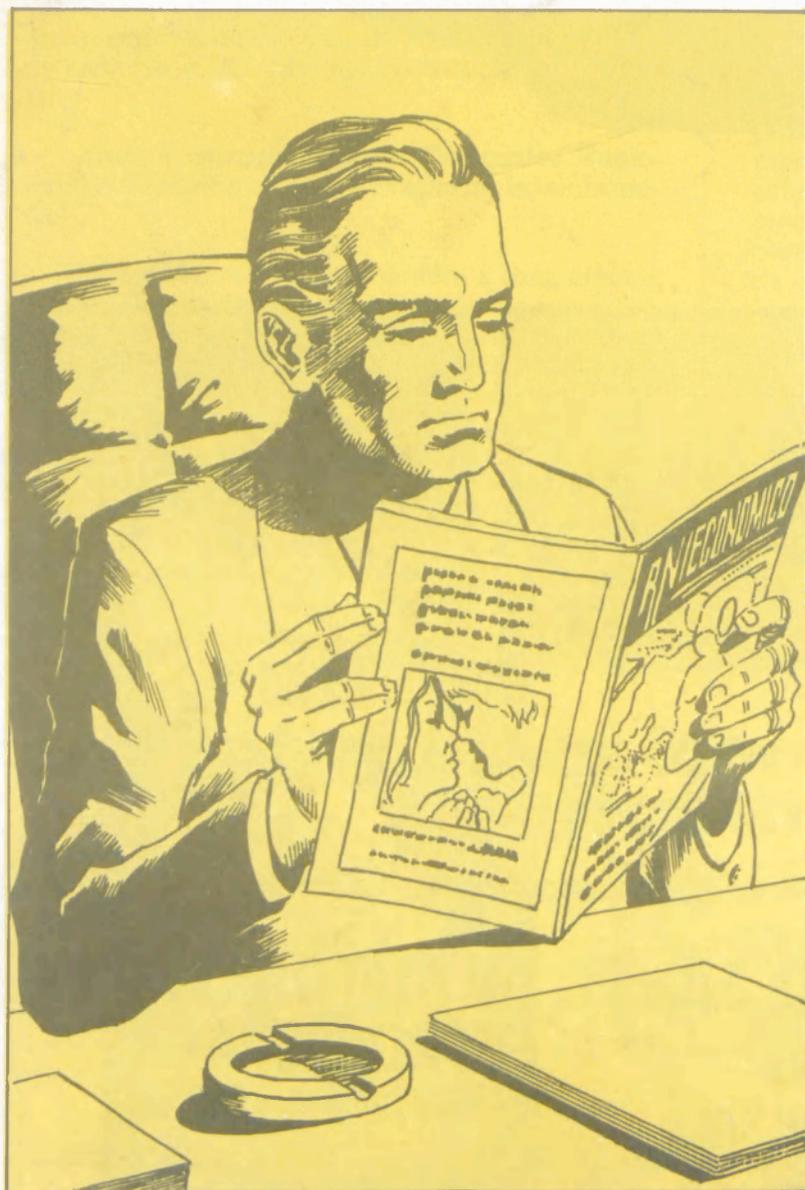
Revendedores autorizados:

MARPAS S/A
Av. Tavares de Lira, 159



**DIST. DE AUTOMÓVEIS
SERIDÓ S/A**
Av. Salgado Filho, 1669

Empresa importante publica balanço em RN/ECONÔMICO



Quando você publica o balanço da sua empresa é porque você deseja que ele seja lido por quem entende. E quem lê RN-ECONÔMICO, entende de balanço! São milhares de leitores no Rio Grande do Norte, a maioria de comerciantes, industriais, investidores, políticos, administradores, profissionais liberais. Todos querem saber como anda a sua empresa. Por isso, programe RN-ECONÔMICO na hora de publicar balanço.